



Câmara Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº 026/2020 – Do Executivo – Dispõe sobre a instituição do ano de fundação do Município de São João da Boa Vista.

Sendo assim, por ser legal e regimental, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

PARECER FAVORÁVEL.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 16 de março de 2020.

PATRÍCIA MAGALHÃES TEIXEIRA NOGUEIRA MOLLO

RUI NOVA ONDA

GÉRSO ARAÚJO



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

12 de março de 2020

Projeto de Lei nº 026/2020

Of. GAB 121/2020

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a instituição do ano de fundação do Município de São João da Boa Vista.

Renovamos os protestos de estima e consideração.

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

23/03/2020

APROVADO EM
SEGUNDA DISCUSSÃO

PRESIDENTE

Exmo. Sr. Vereador
ANTONIO APARECIDO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal
NESTA.

CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO

PROTOCOLO DE ENTRADA

Sequência: 176 / 2020 Data/Hora: 13/03/2020 07:14

Descrição:

PROJ. LEI EXECUTIVO

PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO
DO ANO DE FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI

“Dispõe sobre a instituição do ano de fundação do Município de São João da Boa Vista”

Art. 1º - Fica oficialmente instituído o ano de fundação do Município de São João da Boa Vista definido como 1.824, conforme relatório conclusivo elaborado pela Comissão nomeada pela Portaria nº 12.638, de 03 de janeiro de 2.020, que passa a fazer parte integrante desta lei, identificado como Anexo I.

Art. 2º - Ficam os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Município de São João da Boa Vista, através de seus órgãos competentes e, no que couber, nas esferas Estadual e Federal, autorizados a efetuar as alterações que julgarem necessárias em todos os registros históricos e oficiais pertinentes, procedendo a devida correção de 1.821 para 1.824, de acordo com o disposto no Art. 1º desta lei.

Art. 3º - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a constar em todos os seus documentos oficiais, em espaço e tamanho adequados, a expressão: *Fundação do Município 1.824*, com o número da lei que o instituiu.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade definir oficialmente o ano de fundação do Município de São João da Boa Vista.

Ao tomarmos esta iniciativa, devemos considerar o seguinte:

- a divergência entre os anos de 1821 e 1824 como sendo o ano de fundação de nosso município;

- a definição final sobre qual o ano será usado juntamente com a data de 24 de junho;

- a proximidade da comemoração do aniversário de São João da Boa Vista.

Para tanto, nomeamos uma Comissão de Estudos, conforme Portaria nº 12.638, de 03 de janeiro de 2.020, publicada no Jornal Oficial Eletrônico do Município nº 832, de 07/01/2020, sendo membros da mesma profissionais como historiadores e escritores; professores universitários; médico; pesquisadores; jornalista e funcionário público municipal; Presidente da Academia de Letras de São João da Boa Vista e o Diretor do Departamento de Cultura da municipalidade.

Para subsidiar a análise da matéria, anexamos cópia do Relatório conclusivo da Comissão acima referida, e ficamos à inteira disposição dos Nobres Vereadores para mais informações, eventualmente necessárias.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte (12.03.2020).


VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

**COMISSÃO DE ESTUDOS
PARA DEFINIR O ANO
DE FUNDAÇÃO DA CIDADE
DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

RELATÓRIO FINAL

ÍNDICE

- 1- Introdução
- 2- Como nossa história foi contada
- 3- Pesquisas recentes
- 4- Conclusão
- 5- Anexos

I- Introdução

Esta comissão, nomeada pela portaria nº 12.638 de 03 de janeiro de 2020 do prefeito Vanderlei Borges de Carvalho (anexo 1), foi criada para que seja definida a data de fundação de nossa cidade, considerando a possível divergência entre os anos **1821 e 1824**.

Em reunião realizada no dia 14 de janeiro de 2020, foram analisadas e discutidas diversas publicações e documentos relativos ao tema para o esclarecimento do assunto.

II- Como nossa história foi contada

A história de nossa cidade foi escrita em diversos livros, almanaques e edições especiais de jornais locais, desde o ano de 1873.

Apresentamos a seguir um resumo de cada publicação e anexamos ao final deste relatório um fac-símile de cada original.

1873

Almanak da Província de São Paulo

Organizado e publicado por Antônio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca.

Citam os autores "*um tal Machado*" como doador de terrenos para o patrimônio que se chamou primitivamente Santo Antônio e que o Padre Ramalho fez com que se mudasse o nome para São João da Boa Vista. Não citam datas.

(anexo 2)

1888

Almanach da Província de São Paulo

Organizado por Jorge Seckler

No histórico de São João da Boa Vista, escrito por João Pires de Aguiar, é citada a chegada dos mineiros Antônio Manuel de Oliveira (sic) vulgo Antônio Machado e seus cunhados Ignacio e Francisco Cândido. Arrancharam na barra do córrego de São João no Jaguari, na véspera de São João Batista, originando desse fato o nome que então deram ao pequeno ribeiro, cujo acontecimento deu-se no ano de 1822 ou 1823.

Aos poucos outras famílias foram se agregando a estes pioneiros. Modestas habitações e inúmeras roças foram sendo construídas nos descampados e nas matas.

Até que, em 1824, Antônio Machado e sua esposa, D. Mariana Maria de Jesus (sic), em cumprimento de um voto que fizeram a Santo Antônio, doaram-lhe um terreno para o patrimônio da futura povoação. Eis a origem desta cidade.

Vindo aqui, por estes tempos, monsenhor João José Vieira Ramalho, que então residia em sua Fazenda dos Pinheiros, prometeu aos moradores obter a criação de uma capela no lugar, sendo, porém, São João Batista e não Santo Antônio o orago respectivo, ao que acedeu Antônio Machado.

(anexo 3)

Nota: O nome correto era Antônio Manuel de Siqueira, conhecido como Antônio Machado e o de sua esposa Mariana Vicência de Jesus.

1901

Almanach de São João da Boa Vista

Organizado por Antônio Gomes Martins, Dr. Alfredo de Mello e Silviano Barbosa.

Diz Antônio Gomes Martins que estes fatos históricos foram coligidos e extraídos de um Almanaque de 1888 e transcreve o texto do almanaque citado anteriormente.

(anexo 4)

1908

O Município de São João da Boa Vista na Exposição Nacional de 1908

Organizado por Carlos Kiellander

No histórico da cidade o autor cita Antonio Machado que por aqui chegou em 1822 ou 1823 junto com seus cunhados. Descreve a área apossada por cada um, mas não cita o ano de fundação da cidade.

(anexo 5)

1910

O Município de São João da Boa Vista

Livro organizado e publicado por Antônio Gomes Martins

Diz o autor: "Não é, infelizmente, possível escrever com exatidão dados da história da fundação de São João da Boa Vista. Há uma tradição, até hoje muito seguida, que atribui a fundação deste lugar aos Máchados, em 1822 a 1824. Esta tradição foi escrita pelo saudoso Sr. João Pires de Aguiar".

Repete o autor a mesma informação que consta no Almanach de 1901.

Nota: João Pires de Aguiar (SJBV, 18/11/1857 – SJBV, 24/6/1896) foi professor no colégio Culto à Ciência, de sua propriedade. Foi chefe político do Partido Republicano, farmacêutico e coletor de rendas do Estado. Pode ser considerado o primeiro historiador de São João da Boa Vista.

(anexo 6)

1924

Jornal O São João – Número Comemorativo do Centenário de São João da Boa Vista.

No artigo Pequeno Histórico, Raul de Syllos, pseudônimo de Roque Fiori, redator do jornal, baseado nas informações de Benahias de Mello que veio para São João em 1857, com quatorze anos de idade, diz que em 1820 a região era sertão bruto. Chegam Antônio Machado e seus irmãos José Cândido e Francisco, porém o autor não cita datas.

Explica ainda que Antônio Machado teve uma demanda com o vizinho José das Neves, por questão de demarcação. Ganhando a causa, Antônio Machado fez a doação para Santo Antônio e demarcou o terreno para a que deveria pertencer ao padroeiro da capela. Esta área começava na atual Avenida Dona Gertrudes descendo em direção às cachoeiras do Rio da Prata (Macaubeiras) e seguindo pelo mesmo rio até a barra com o Jaguari e subindo novamente ao ponto de início na atual avenida Dona Gertrudes.

Cita ainda o autor a chegada do Padre João Ramalho em 1824 e a modificação do orago para São João Batista.

(anexo 7)

Nota: Antônio Manoel de Siqueira foi recenseado pelas Companhias de Ordenanças de Mogi Guaçu, em 1825. José Nóbrega das Neves com quem Antônio Machado teve a demanda, foi recenseado em 1826. Não foi encontrado recenseamento em 1824.

1950

Álbum de São João da Boa Vista

Organizado por Rogerio Lauria Tucci

No texto Nossa Cidade, escrito por Joaquim José de Oliveira Neto, diz o autor que nossa cidade começou pelos anos de 1922 a 1924 e que os Machado, vindos de Itajubá, seriam os primeiros moradores. Diz ainda, que esta lenda foi escrita por João Pires de Aguiar e é tão simples que poderíamos acatá-la como verdadeira.

(anexo 8)

1952/1973

Livro: Subsídios à História de São João da Boa Vista

Dr. Theophilo de Andrade

Coletânea de artigos publicados originalmente no jornal A Cidade de São João a partir de 1952 e editado em forma de livro em 1973.

Cita o autor a doação do terreno, em 1824, por Antônio Machado e sua mulher, por intervenção do Padre Ramalho.

(anexo 9)

1958

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

Publicada pelo IBGE. Organização de Jurandir Ferreira.

O histórico de São João da Boa Vista foi escrito por Maria Leonor Alvarez Silva e diz que as terras que formam hoje o município foram ocupadas por Antônio Manoel de Oliveira vulgo Antônio Machado e seus cunhados vindos de Itajubá no ano de 1822 ou 1824. Antônio Machado doou o terreno para o patrimônio da futura povoação e a capela foi erguida sob o patrocínio do padre João José Vieira Ramalho. Considera a autora o padre Ramalho o verdadeiro patrono do município.

(anexo 10)

1970

Livro: História Administrativa e Política de São João da Boa Vista

Dr. José Osório de Oliveira Azevedo

Na página 593 deste livro, reeditado em 2009, o autor transcreve a Ata da Câmara Municipal de 30 de maio de 1924, autorizando o prefeito a promover os festejos comemorativos do primeiro centenário e a construção de um monumento comemorativo que deveria ser feito com verbas dotadas pela Câmara e com o auxílio dos particulares

Transcreve ainda o autor a ata do lançamento da pedra fundamental do monumento. Assinam a ata, além do prefeito, os vereadores e autoridades da época, num total de 162 pessoas.

Posteriormente, nos anos 2000, esta pedra fundamental foi desenterrada e transferida para o Museu de Arte Sacra de nossa cidade, bem como o pote de vidro que continha documentos, recortes de jornal e pequenos objetos.

(anexo 11)

1974

Almanaque do Sesquicentenário de São João da Boa Vista

Organizado por Augusto Procesi

Neste Almanaque há uma mensagem de Maria Leonor Alvarez Silva parabenizando Augusto Procesi pela iniciativa, mas reiterando que não concorda com a data e que estão comemorando com três anos de atraso.

(anexo 12)

1976

Livro: História de São João da Boa Vista

Texto: Maria Leonor Alvarez Silva

Pesquisa: Matildes Rezende Lopes Salomão

Maria Leonor introduz a figura do Guarda-Mor Antônio Dias de Oliveira e sua esposa Ana Maria Franco como compradores, em 1817, da Fazenda Campo Triste, que pertencia a José Dutra, e que para lá se mudaram em 1821. Cita ainda que a família foi recenseada em 1822.

Diz ainda a autora que em 1830 alguns moradores da Fazenda Campo Triste quiseram *formar vila*, o que não foi permitido pela viúva do Guarda-Mor. Ela recorreu ao Juiz de Paz de Mogi Guaçu e ganhou a causa, recebendo os agregados ordem para se retirarem no prazo de um ano, o que na realidade não acabou acontecendo.

Na página 8 de seu livro, Maria Leonor diz: Podemos afirmar sem receio de engano que foi em 1830 que surgiu o primeiro ensaio urbanístico daquilo que viria a ser a cidade de São João da Boa Vista, pois as datas são claras no documento encontrado em Mogi Guaçu. Daí o fato irreversível, São João da Boa Vista nasceu no ano de 1830, por ter aquele grupo de agregados da Fazenda Campo Triste desejado formar vila.

Na página 28 concluindo o capítulo sobre Antônio Manoel de Siqueira (Machado) diz a autora que ele foi o primeiro doador de terras para o patrimônio da então freguesia.

Na página 372 afirma que o Padre Ramalho não se encontrava ainda na região quando os agregados da fazenda Campo Triste quiseram formar vila (1830).

Termina seu livro (pag. 533) dizendo: “Esses os nomes de alguns ramos, descendentes dos fundadores de São João da Boa Vista, chegados no então “sertão do Jaguari”, onde se localizava sua propriedade “Campo Triste”, em meados do ano de 1821. O guarda-mor votou em 20 de maio, em Campanha, e veio para o seu latifúndio, comprado a herdeiros de José Dutra, em 1817”.

“Damos por encerrado este trabalho, feito com amor e interesse em cinco anos, para deixar à nossa Terra Natal a contribuição de sua história e da descendência de seus legítimos fundadores, o guarda-mor José Antônio Dias de Oliveira e sua esposa, D. Ana Maria Franco de Oliveira”.

(anexo 13)

Nota: Padre Ramalho foi recenseado em 1826

Década de 1970

As propagandas de felicitações pelo aniversário da cidade, publicadas nos jornais locais começam a divergir quanto a idade da cidade. Uns dão como início o ano de 1821 e outros o de 1824.

1992

Livro: A Catedral de São João da Boa Vista

Jonathas Mattos Junior

No capítulo O Povoado o autor repete as informações de Antônio Gomes Martins, já citadas acima.

Nota: Jonathas Mattos Junior era filho de Anésia Martins Mattos e neto de Antônio Gomes Martins.

(anexo 14)

1998

Livro: Ensaio sobre a história de São João da Boa Vista

Waldenir N. Sanches Carbonara (obra inédita)

No capítulo Famílias Pioneiras, cita o autor a venda da Fazenda Campo Triste, em 1817, ao guarda-mor José Antonio Dias de Oliveira e a chegada de Antonio Machado entre 1822 e 1824.

Complementa, ainda, que a sede da fazenda Campo Triste ficava a 10 km de onde viria a surgir a cidade de São João da Boa Vista.

(anexo 15)

2003

Livro: Alemães, Suecos, dinamarqueses e austríacos em São João da Boa Vista

Jaime Splettstoser Junior

O capítulo História de São João da Boa Vista foi escrito por Antônio Carlos Rodrigues Lorette, que faz um resumo de tudo o que havia sido publicado sobre a história de nossa cidade e cita Antonio Machado como doador de terras para o patrimônio em 1824.

(anexo 16)

2010

Livro: Logradouros de São João da Boa Vista

Rodrigo Rossi Falconi

Cita o autor que Monsenhor João José Vieira Ramalho fundou o povoado, traçando o plano com quarteirões, ruas e largos, com a simetria de um técnico, modelando-o para futura expansão.

(anexo 17)

2018

Livro: Fundação de São João da Boa Vista – Uma cidade procura sua origem

João Baptista Scannapieco (obra inédita)

Cita o autor a chegada de Antonio Machado e seus cunhados entre 1822 e 1823 e que a doação do terreno para o patrimônio foi realizada por Antonio Machado e sua mulher Mariana Maria de Jesus, em 1824.

(anexo 18)

2019

Livro: São João da Boa Vista – Subsídios históricos e genealógicos

Cita o autor o recenseamento feito em 1798, realizado pelas patrulhas de Mogi Guaçu, onde aparece a primeira família na região da futura São João da Boa Vista: José Dutra, com a esposa Teresa (Joaquina de Jesus) e os filhos Tomé, José e Jacinta. Possuía dois escravos: José e Manoel e plantava para o seu gasto. José Dutra era proprietário da Fazenda Campo Triste e faleceu em 1799, e seu inventário foi feito em Mogi Guaçu. A fazenda foi vendida pela viúva, em 1817 ao Guarda-Mor José Antônio Dias de Oliveira.

Apresenta ainda na página 494 a genealogia de José Dutra.

(anexo 19)

III- Novos documentos

Em pesquisa realizada em 2019 por Jaime Spletstoser Junior, no site www.familysearch, nos arquivos referentes aos recenseamentos realizados pelas Companhias de Ordenança de Mogi Guaçu, foram encontrados:

- 1) José Dutra e sua família e alguns escravos foram recenseados, em 1798 e novamente em 1799, pelas Companhias de Ordenança de Mogi Guaçu, portanto esta pode ser considerada a primeira família a se estabelecer na região de São João da Boa Vista.
(anexo 20)
- 2) Num despacho ao Sr. José de França e Horta, datado de 28 de abril de 1807, o capitão-mor de Mogi Mirim, José dos Santos Cruz, relata: “na quinta-feira, que se contaram 25 do corrente cheguei ao lugar donde se achava o cadete com três soldados e dezoitos homens no barranco do Jaguari Mirim donde tinham feito dois lanços de casa e mais um separado e tinham passado o rio com uma estrada com a qual vinham sair a fazenda do defunto José Dutra distante do arraial de Mogi Guaçu sete léguas....”
(anexo 21)
- 3) Nos recenseamentos de 1810 e 1811, aparece Silvestre Antônio da Rosa, casado com Maria Teresa, filha de José Dutra.
(anexo 22).
- 4) No recenseamento de 1818 aparece novamente Tomé Jacinto Dutra, filho de José Dutra.
(anexo 23).
- 5) No recenseamento de 1820 aparecem o guarda-mor José Antonio Dias de Oliveira e sua família, José Dutra do Amaral (filho de José Dutra), Silvestre Antonio da Rosa (casado com Maria Teresa, filha de José Dutra) e Tristão de Souza Castro (casado com Jacinta Maria de Jesus, filha de José Dutra).
(anexo 24).

IV- Conclusão

A fundação de São João da Boa Vista não pode ser atribuída ao guarda-mor José Antônio Dias de Oliveira, pelo fato de ter se estabelecido na Fazenda Campo Triste no ano de 1821, pois antes dele a família de José Dutra, de cujos herdeiros o guarda-mor comprou as terras, já se encontrava na região do Campo Triste, desde 1798.

O ano de fundação deve ser considerado o de **1824**, restabelecendo a tradição que perdurou por mais de 150 anos, testemunhada oralmente por moradores pioneiros.

São João da Boa Vista, 22 de janeiro de 2020

A COMISSÃO

ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA
Estado de São Paulo

PORTARIA Nº 12.638, DE 03 DE JANEIRO DE 2.020

O Prefeito Municipal de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo etc., usando de suas atribuições legais.

Considerando a possível divergência entre os anos 1821 e 1824 como sendo o ano de fundação de nossa cidade:

Considerando a necessidade de se definir finalmente qual o ano será usado juntamente com a data de 24 de junho:

Considerando a proximidade da comemoração de 200 anos de nossa cidade que exige uma melhor definição:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão de Estudos abaixo relacionada para em até 60 (sessenta) dias apresentar um relatório final ao Poder Executivo, baseado em documentos, jornais, fotos e outros arquivos que fundamentarão o ano a ser escolhido para posterior edição de lei competente:

JAIME SPLETTOSER JÚNIOR – historiador e escritor.

ANTONIO CARLOS RODRIGUES LORETTE – professor universitário e historiador.

RODRIGO A. ROSSI FALCONI – médico, escritor e historiador.

JOÃO BATISTA SCANAPIECCH – professor, escritor e historiador.

WALDEMIR SANCHES CARBONARA – professor e pesquisador.

LUCILENA MAIA – presidente da Academia de Letras SJBV.

ANA LÚCIA SGUASSABIA SILVEIRA FINAZZI – pesquisadora.

REINALDO REHDER BENEDETTI – jornalista e funcionário público municipal e.

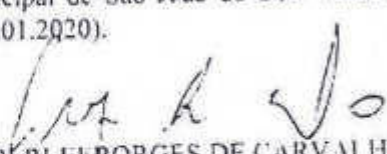
HÉLIO CORREA DA FONSECA FILHO – Diretor do Departamento de Cultura.

Art. 2º - Fica escolhido para presidir a comissão e as reuniões de trabalho o Sr. Jaime Splettoser Júnior.

Art. 3º - Fica escolhido para atuar na secretaria a Sra. Ana Lúcia Sguassabia Silveira Finazzi.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos três dias do mês de janeiro de dois mil e vinte (03.01.2020).


VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal



ALMANAK
DA
PROVINCIA DE SÃO PAULO
PARA
1873



IMPrensa Oficial do Estado S.A. - IMESP

de seu clima, para ali affluirão. Denominou-se primitivamente Santo Antonio, por haver um tal Machado feito doação a este Santo dos terrenos do patrimonio quando conseguiu vencer uma demanda em que se achava empenhado. Sendo creado curato, o primeiro sacerdote, Padre João José Vieira Ramalho, fez com que se mudasse o nome para o de S. João da Boa-Vista, em razão da posição alegre em que está collocada a povoação e da vista que dali se goza. Erecta Freguezia em 1838, foi elevada á categoria de Villa a 24 de Março de 1859.

Em seu Municipio cultivava-se café, fumo, cana de assucar e outros generos; tambem cria-se gado vaccum e suino.

A 7 leguas desta Villa encontram-se as aguas sulfureas das Caldas, na Provincia de Minas-Geraes.

CAMARA MUNICIPAL

Não foi possível obtermos os nomes dos vereadores ultimamente eleitos.

INSTRUCCÃO PRIMARIA

INSPECTOR

Tenente-coronel Antonio Pereira de Mello.

PROFESSOR PUBLICO

Custodio José B. Sandeville.

PROFESSORA PUBLICA

D. Maria M. R. de Sandeville.

VIGARIO

Padre José Valeriano de Souza.

IGREJAS

Matriz, sob a invocação de S. João. Nossa Senhora do Rosario, em construção.

S. Miguel, em construção.

SURDELEGADO

Francisco Vieira de Amorim Cortez.

Suplentes

1º, José Innocencio de Godoy Junior.

2º, José Dias de Barros.

3º, Manoel Moysés de Souza.

JUIZES DE PAZ

Não pudemos obter os nomes dos eleitos para o novo quadriennio.

ELEITORES DA FREGUEZIA

Major Gabriel Garcia de Figueiredo.

Tenente Diogo Garcia de Figueiredo.

João Evangelista de Syllos.

Alferes Gabriel Fernandes Pinheiro.

Alferes Francisco Fernandes Pedrosa.

Francisco Gomes de Figueiredo.

AGENCIA DO CORREIO

Agente, José Luiz de Andrade.

CAPITALISTAS

Antonio Graciano de Souza, r. de Paysandú.

Francisco Osorio de Oliveira, r. da Cadêa.

Manoel José dos Santos Malheiro, r. de S. Pedro.

PROPRIETARIOS

D. Anna Antonia de Jesus. Anna Pinheiro.

Antonio Fernandes Maciel.

Antonio Ferreira Celestino.

Antonio Graciano de Siqueira.

Antonio Graciano de Souza.

Antonio Jacintho Cabral.

Antonio Joaquim Diniz.

Antonio José Bernardes.

Antonio Luiz Ferreira.

Antonio Manoel Baptista & Comp.

Antonio de Sanches.

Carolina de Paiva.

Domiciano Garcia Rocha.

Elias Cassiano Machado.

Emerenciano Villela Junqueira.

Feliciano de Freitas.

Feliciano Honorio de Oliveira.

D. Francisca Alexandrina.

Francisco Antonio Ferreira.

Francisco José Moraes.

Francisco Osorio de Oliveira.

Francisco Pereira Machado.

Francisco Tavares Coimbra.

Francisco Ventura de Mello.

Gabriel Garcia da Costa.

Gabriel Joaquim Ferreira.

Gabriel Joaquim de Oliveira.

Capitão Hygino Ignacio Brandão.

Ignacio Borges de Carvalho.

João Antonio de Oliveira.

João Chrysostomo de Almeida.

João Feliciano de Andrade.

João José Ribeiro.

João Luchesis.

João Luiz Ferreira.

João Tavares Coimbra.

ALMANACH
DA
PROVINCIA DE SÃO PAULO
ADMINISTRATIVO, COMMERCIAL E INDUSTRIAL

PARA
1888

FUNDADO E ORGANISADO
POR
JORGE SECKLER

SEXTO ANNO

S. PAULO

Francisco Egydio do Amaral	S. Manoel.
— de Godoy Bueno	Araras.
— Martins dos Santos, C. ^{el}	Santos.
— Ribeiro de M. Escobar, Dr.	Taubaté.
— Mathias Bueno de Moraes	Nazareth.
Henrique Alfredo de Oliveira Valente	Mote-mór.
J. B. Dias de Toledo	Serra Negra.
João Alberto de Oliveira Prado, Major	Mogy-mirim.
— Baptista de A. Palhares	Capital.
— Baptista Caldas, advogado	Rio Verde.
— do Amaral Camargo, advogado	S. Carlos do Pinha
— Machado de Souza Campos	Serra Negra.
— Moraes Pereira Gomes	Cananéa.
— Pedro de Oliveira Castro	Silveiras.
→ — Pires de Aguiar	S. João da Boa Vis
— Rodrigues de Jesus	Parnahyba.
— de Souza Amaral Gurgel, Cap	Capital.
José Antonio Mangini	Bananal.
— Alves Pinto Junior	S. Vicente.
— Ferreira da Costa, Cap.	Limeira.
— Gregorio da Silva	Mogy das Cruzes.
— Ignacio da Gloria	S. Vicente.
— Lourenço de Sá	Espirito Santo do Pi
— Pinto Machado	Jaboticabal.
— Theodoro Mello	Franca.
Joaquim José Saraiva	S. José do Barreiro
— Vaz Guimarães	Itatiba.
— Pereira Moraes	Santos.
Jeronymo José Lopes de Siqueira	Piracicaba.
Julio Cesar da Costa Sampaio	Areas.
— Stern	Rio Claro.
Lafayette de Toledo	Casa Branca.
Luiz Domiciano da Conceição	Ubatuba.
— Gonzaga Marcondes	Pindamonhangaba.
— Gonzaga da Silva Leme, Dr.	Bragança.
Manoel Augusto de Alvarenga, Dr.	Araraquara.
— Marcellino de Souza Franco	Rio Novo.
Marcellino Neger	Campinas.
Marcollino Silva	Pindamonhangaba.
Olympio José de Freitas	S. José dos Campe
Pedro Augusto de Azevedo Marques	Itapetininga.
— José Teixeira	Bocaina.
— Gonçalves Dente, Major	Capital.
Sebastião Antonio Dias	Mogy-mirim.
Virgilio Pires de Campos	Fartura.

Oleiros

João Pinto de Faria.
Francisco Leme do Prado.

Pedreiros

João Capistrano.
Alfredo José Pinto.

Pintores

Benedicto Claro Ribeiro.
Alfredo José Pinto.

Seccos e molhados

Antonio Nobre.
Benedicto Mendes Vieira.
Camillo de Souza Pereira.
José Innocencio de Souza.
Cursino dos Santos.

José Leite de Sant'A
Thiago Ribeiro
Joaquim Francisco d

Sapate

Camillo Pagano.
Pedro Pagano.

Sellei

Julio Cesar Ferreira

Taipei

Caetano Rodrigues d
João Francisco Thor

Violei

Francisco Borges.

S. JOÃO DA BOA VISTA—Cidade

HISTORIA.—O territorio deste municipio estava noutro hendiado nas antigas e celebres—Arêas do Secretario.—cuja dicta a qualquer aventureiro dos sertões. Não obstante os mineiros Antonio Manoel de Oliveira (vulgo Antonio Machado) Ignacio de Candido e Francisco de Candido, vindos aqui entraram, fazendo seu primeiro pouso e arranchação no go de S. João no Jaguary, na vespera de S. João Baptista que então deram ao pequeno ribeirão. Este facto deu-se no ou 1823. Antonio Machado tomou posse para si dos terrenos Prata e da margem direita do Jaguary até o Rio Claro, e morada na margem direita do Prata, proximo á actual morada de Manoel Bernardes.

Ignacio de Candido apossou-se das terras da margem do Jaguary, fazendo sua morada onde hoje se acha a chacara de vares.

Francisco de Candido foi, Jaguary acima, estabelecer cortados pelo ribeirão da Caxoeira, que constituiu sua posse.

A estes primitivos povoadores se aggregavam, a pouco familias que vinham attrahidas pelas noticias desta zona extremamente deserta. Extensas roças iam surgindo em diversos pontos das florestas que ruíam aos golpes dos machados sertanistas. Habitações e innumeras choças se foram construindo nos esboços das mattas.

Em 1824 Antonio Machado e sua esposa D. Mariana, em cumprimento de um voto que fizeram a Santo Antonio, doaram de um terreno para o patrimonio da futura povoação.]

Major Jacintho José da Silva Cintra.
Capitão Manoel Vicente de Araujo Cintra.
Tenente Mariano Gomes da Cunha.
Francisco da Rocha Campos.
Ignacio Gomes da Cunha.
Bento José Pereira da Silva.

Supplentes

Joaquim Ignacio de Oliveira Luz.

João Theodoro de Oliveira.
Antonio Domingues de Oliveira Cesar.
Delfino José da Rocha Campos.
Tenente Joaquim da Rocha Campos Netto.
David José Pereira da Silva.
Francisco de Assis Vieira.
Francisco Gomes da Cunha Salles.

TERMO DE S. JOÃO DA BOA-VISTA

1º DISTRITO

Do alto da serra, em terras do guarda-mór Rabello, seguindo pela estrada que vem de Caldas para a Villa de S. João da Boa-Vista, e rodeando o patrimonio até a estrada da ponte, seguindo por esta estrada adiante ao ribeirão dos Porcos, ao Campo Triste, no Cercadinho até o Itupeva na estrada de Mogy-Mirim pelo campo, passando pela casa de Manoel Ventura de Mello.

2º DISTRITO

Da ponte do Jaguar, na chácara de Misael Tavares Coimbra, seguindo pelo Jaguar abaixo até a ponte na estrada de Casa-Branca, e voltando á esquerda pela estrada adiante até o rancho de José Pedroso, e pelo Itupeva acima até a estrada de Manoel Ventura, a tocar na divisa do 1º districto.

3º DISTRITO

Da ponte do Jaguar (no Misael) á direita até a ponte sobre o mesmo rio na estrada de Casa-Branca, pelo rio acima até a fazenda da Graça, Lagôa Feia, Rio-Verde, Tres Barras, alto da serra da Partura, por esta acima até o Tijuco-Preto e alto da serra até a estrada guarda-mór Rabello.

JUIZ MUNICIPAL E DE ORPHÃOS

Bacharel João Gonçalves de Oliveira, reside em Mogy-Mirim, cabeça dos Termos reunidos de Mogy-Mirim e S. João da Boa-Vista.

Supplentes

1º, Capitão José Garcia de Oliveira Filho.
2º,
3º,

ADJUNTO DO PROMOTOR

Manoel Carlos de Moraes Lessa.

Escritão do jury

Tabellião

Francisco Pereira Macedo.

Escritão de orphãos

Ignacio Roberto de Azevedo Marques.

DELEGACIA DE POLICIA

DELEGADO

Francisco Honorio Rodrigues Pereira Paiva.

Supplentes

1º, Manoel Gomes da Silva.
2º, Joaquim Francisco Mafra.
3º, Francisco Gonçalves Vallim.

MUNICIPIO DE S. JOÃO DA BOA-VISTA

A Villa de S. João da Boa-Vista acha-se situada á distancia de 36 leguas ou 200 kilometros da Capital; á de 10 leguas ou 55,5 kilometros de Mogy-Mirim; á de 7 leguas ou 38,8 kilometros de Casa-Branca; á de 3 leguas ou 16,6 kilometros do Espirito-Santo do Pinhal; á de 10 leguas ou 55,5 kilometros de Caldas na Provincia de Minas, e á 7 leguas ou 35,8 kilometros das aguas sulfureas.

Esta povoação teve principio pela agglomeração de agricultores mineiros, que, attrahidos pela prodigiosa fertilidade de seu solo e salubridade

mettem aos moradores obter a criação de uma capella no lugar, sendo, porém, S. João Baptista e não Santo Antonio, o respectivo orago, ao que accedeu Machado. Foi monsenhor Ramalho o sacerdote que primeiro celebrou missa aqui vindo da sua fazenda aos domingos, ate que foi nomeado cura da capella o Padre Joaquim Sizar.

Finalmente monsenhor Ramalho fixou sua residencia dentro da povoação, fez construir alguns predios que ainda existem, montou diversas fazendas de assucar e construiu com o concurso de alguns fazendeiros a actual igreja matriz (1848-50), e fez o encanamento d'agua para a serventia do povoado. Moreu senador do imperio em 26 de Junho de 1853.

S. João da Boa-Vista foi elevada a freguezia pela lei n. 17 de 28 de Fevereiro de 1838, a villa pela de n. 12 de 24 de Março de 1859, a cidade a 21 de Abril de 1880.

ASPECTO GERAL.—O territorio do municipio é montanhosa a E. e N., porém plano, pouco ondulado para O. Em grande parte ainda se acha coberto de extensas e magestosas matas virgens; havendo tambem, alem das terras cultivadas, as campinas da Itupeva, Embirussú, Campo Triste e Vargem Grande.

SERRAS E MORROS.—As maiores mantanhas do municipio são ramificações da *Serra do Caracol*, com denominações de *Serra da Caroeira*, do *Alegre*, da *Prata*, do *Paiol*, da *Boa-Vista* (1800 metros) e da *Fartura*. Para O. se encontram isoladas, o *Morro do Barreiro*, a *Serra das Posses*, a da *Gloria*, etc.

RIOS E LAGOS.—Os rios e correjos do municipio são quasi todos da bacia do Jaguarý; alguns são afluentes do Rio Pardo, e um, o Itupeva, é tributario do Mogy-guassú.

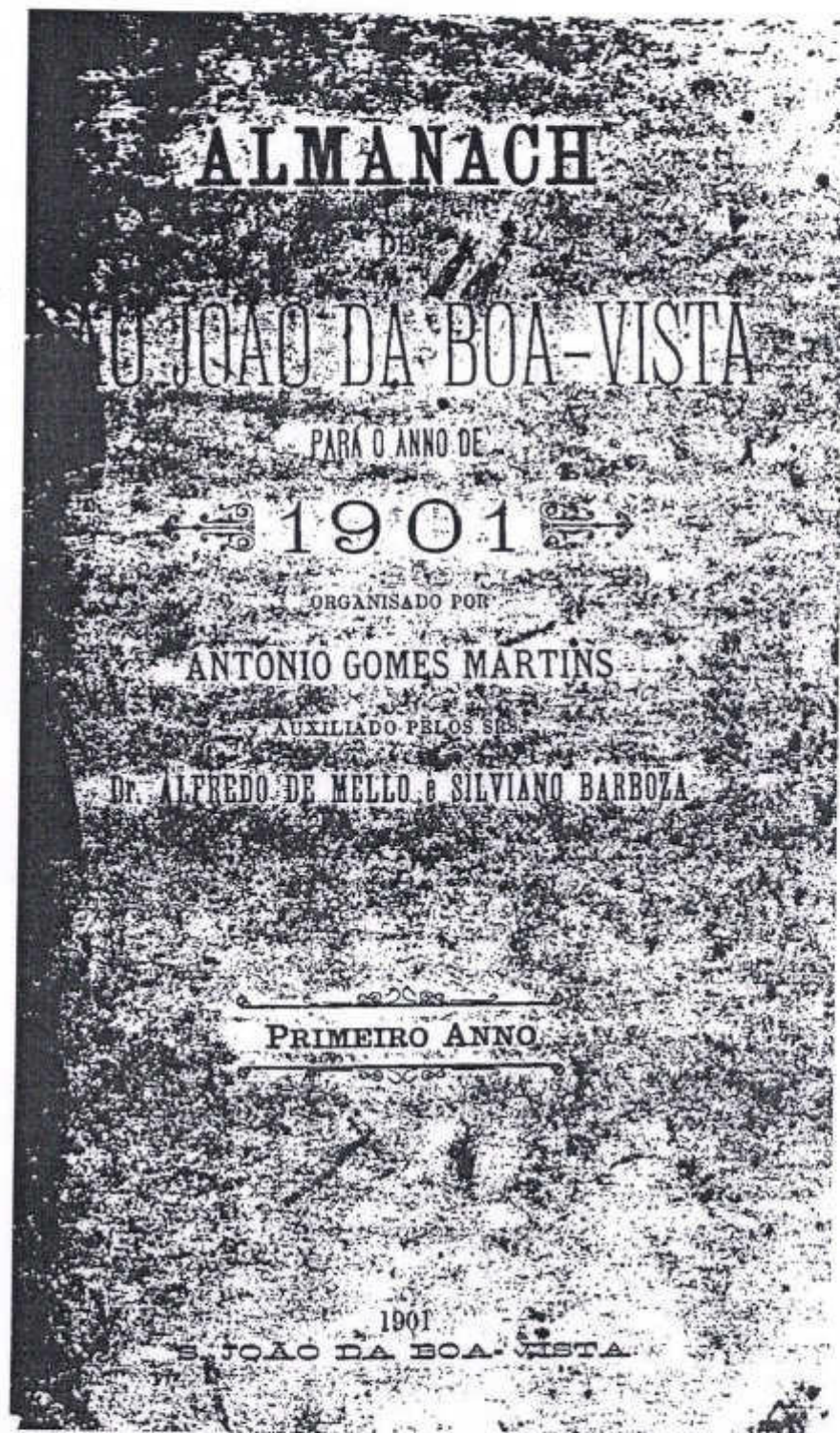
Afluentes do Jaguarý na magem direita:—o Corrego dos Cocaes, o do Parador, o das Aréas, o de S. João, o Rio da Prata, o Corrego Fundo, o Rio Claro, o Corrego da Cidreira, e o da Jacuba. Margem esquerda:—Ribeirão dos Porcos, o do Cantagallo, o das Macahubas ou da Helena, o do Embirussú ou Amaro Nunes, alem de muitos outros pequenos. O Prata tambem recebe o Corrego do Alberto, o do Alegre e o Rio do Quartel; este por seu turno recebe o das Pedras. O Ribeirão dos Porcos recebe os correjos—de Santa Maria, Campo Limpo, Santo Antonio e Campo Triste.

Para o Rio Pardo (margem esquerda) correm o Ribeirão da Fartura e o Rio Verde; este recebe por sua vez o Rio Preto.

Entre as muitas pequenas lagoas notam-se a Feia e a Formosa na Vargem Grande, e a dos Patos no Embirussú.

MADEIRAS.—As matas são riquissimas em madeiras de construcção e marceneria, taes como: amoreira, angico, araribá, aroeira, candeia, canjarama, cedro, copahyba, coração-de-negro, embirussú, guarantam, guaritá, ipé, jatobá, jacarandá, jequitibá, oleos amarello, pardo e vermelho, perova, pereira, pinheiro, sobragil, tamboril, etc.

ANIMAES SILVESTRES, PEIXES.—Nas serras se encontram algumas especies de onças, de queixadas, catêtos, e, em diversos pontos, a anta, a capi-



SÃO JOÃO DA BOA-VISTA

Factos historicos colligidos e extrahidos de um Almanach de 1833
sobre a origem e fundação desta cidade

Historico — O territorio deste municipio estava, em outros tempos, comprehendido nas antigas e celebres — Aréas do Secretario — cuja posse, era interdita a qualquer aventureiro dos sertões.

Não obstante essa prohibição, os mineiros Antonio Manoel de Oliveira (vulgo Antonio Machado) e seus cunhados Ignacio e Francisco de Candido, vindos de Itajubá, para aqui entraram, fazendo o seu primeiro pouso e arranchação na barra do correjo de S. João, no Jaguary, na vespera de S. João Baptista, originando desse facto, o nome que então deram ao pequeno ribeiro, cujo acontecimento deu-se no anno de 1822 ou 1823.

Antonio Machado tomou posse para si dos terrenos regados pelo ribeirão da Prata e da margem direita do Jaguary, até o Rio Claro, estabelecendo sua morada na margem direita do Prata, nas proximidades da actual fazenda do Cidadão Manoel Bernardo da Costa Sobrinho.

Ignacio de Candido apossou-se das terras da margem esquerda do Jaguary, fazendo sua morada onde hoje está situada a chácara do cidadão Mizael Tavares Coimbra.

Siquera

Francisco do Candido, finalmente, foi Jaguaracy acima, estabelecer-se nos terrenos cortados pelo ribeirão da Cachoeira, que constituiu sua possessão.

A estes primeiros povoadores se aggregaram, pouco a pouco, novas famílias, que vinham attrahidas pelas noticias desta zona esplendorosa, opulentissima.

Extensas roças iam surgindo em diversos pontos, em substituição ás florestas devastadas pelos golpes do machado sertanejo.

Modestas habitações e innumeras choças se foram construindo nos descampados e nas mattas.

Até que, em 1824, Antonio Machado e sua esposa, D. Marianna Maria do Jesus, em cumprimento de um voto que fizeram a S. Antonio, doaram-lhe um terreno para o patrimonio da futura povoação.

Eis a origem d'esta Cidade.

Vindo aqui, por esse tempo, monsenhor João José Vieira Ramalho, que então residia em sua fazenda dos Pinheiros (hoje pertencente á familia Ribeiro), prometeu aos moradores obter a criação de uma capella no logar, sendo, porém, S. João Baptista e não S. Antonio o orago respectivo, ao que accedeu Antonio Machado.

Foi monsenhor João Ramalho o sacerdote que primeiro celebrou missa aqui, vindo de sua fazenda aos domingos, até que foi nomeado cura da capella o Padre Joaquim Sizar.

Finalmente, monsenhor João Ramalho fixou sua residencia dentro da povoação, fez construir predios, dos quaes alguns ainda existem, montou diversas fazendas, construiu com o concurso de alguns fazendeiros, a actual igreja matriz, que por se achar em ruínas, ha dez annos approximadamente, foi reconstruida com pedras e tijolos; fez o encanamento d'agua para serventia da povoação em 1848, etc.

Morreu monsenhor João Ramalho, como Senador do Imperio, em 1853.

ANEXO 5

O Município de São João da Boa Vista na exposição Nacional de 1908

— 13 —

O Município de São João da Boa-Vista.

Estava comprehendido nos terrenos denominados "Áreas do Secretario" o território que constitue o actual município de São João da Boa-Vista e que, em 1823—1824, pertencia á extensa comarca de Magy-mirim.

A posse das "Áreas do Secretario" era interdita a qualquer aventureiro. Não obstante essa prohibição, Antonio Manoel de Oliveira, posteriormente mais conhecido por Antonio Machado, e dois de seus cunhados—Ignacio Candido e Francisco Candido, naturaes de Minas e procedentes de Itajubá desse mesmo Estado, em 1822 ou 1823 (não affirmam com precisão os nossos conhecimentos historicos) se internaram nestas terras, fazendo o seu primeiro rancho á margem do Rio Jaguary, no ponto de confluencia do correjo São João, immedições da Estação da Estrada de Ferro Mogyana.

O primeiro pouso dos benemeritos invasores teve lugar na noite de 23 para 24 de junho, vespera do dia consagrado a São João Baptista, facto a que se attribue a denominação do referido correjo.

Antonio Manoel de Oliveira, ou melhor, Antonio Machado, dias depois estabeleceu-se definitivamente á margem do rio da Prata, edificando sua morada nas proximidades do local em que hoje está o cemiterio velho da Avenida da Constituição, ao lado esquerdo da estrada que liga a cidade á chacara do Capitão Antonio Loureiro.

Ha opiniões que dão como verdadeiro o estabelecimento de Antonio Machado nas immedições da propriedade agricola hoje pertencente á Dona Euphrausina Francisca de Chagas, a Sebastião José Bernardes e outros, herdeiros do finado Tenente Manoel Bernardes da Costa Sobrinho.

Ignacio Candido apossou-se das terras da margem esquerda do rio Jaguary: installou-se no lugar em que se construiu a ponte, caminho das fazendas "Pituba", "Gloria" e districto de Cascavel. Arranchou-se em terrenos hoje de propriedade do Dr. Antonio Ribeiro dos Santos, advogado em São Paulo.

A Francisco Candido—o terceiro dos mineiros, na partilha entre familia, couberam as terras—Jaguary acima, na extensão banhada pelo affluente "Cachoeira". Essa faixa de terra constituiu sua possessão.

Começou logo depois a imigração de novas familias. As noticias lisongeiras de nossas terras attrahiam-nas. Pouco tempo depois, o machado sertanejo devastando as matas, ruindo as florestas, e o braço vigoroso do mineiro robusto—revolvendo as terras virgens e frescas, davam lugar ás roças que innumerar se multiplicaram. Rapidamente os encampados se foram povoando. O numero de churas cresceu.

José Nicácio de Lima, um dos invasores de que ainda hoje se apontam descendentes, foi um dos primeiros que com sua família procuraram as nossas terras. Sabe-se que esse arremetia-se em plena mata virgem e que, cuidadosamente, com seus filhos pernoitava em girões receando ataque dos animais ferozes. Seu rancho construiu-se no ponto em que está o largo da Matriz, ou melhor, o Jardim Publico da nossa cidade.

No numero desses primeiros habitantes contam-se os Rochas e os Tavares que, relatam os antigos, se diziam aparentados com os Candidos.

José Nobre das Neves figura tambem no rol dos primitivos procuradores do solo saojoaense. Esse e familia vieram de São Bernardo—Estado de São Paulo.

Ha noticias e muita verdadeiras sobre José Bernardes da Costa e sua familia, vindos de Baependy, e que se apossaram dos terrenos mais tarde pertencentes ao Alferes Maximiano e que hoje formam a Fazenda da Fortaleza, actualmente sob a administração do Banco do Credito Real de S. Paulo. Uma filha de José Bernardes ainda existe. Dão-lhe cem annos. Essa se recorda de haver visto seu pae vender terrenos de primeira a dois mil reis o alqueire. Foi casada com João Antonio, carpinteiro, bem mais velho do que ella e portanto um dos nossos primeiros imigrantes. João Antonio era da familia dos Vallins de Mogy-mirim—que tambem, algum tempo depois, procuraram as novas terras de Antonio Machado. Os Dutras igualmente apparecem na historia dos primeiros dias de São João da Boa-Vista.

O municipio tem hoje uma superficie de 100.000 hectares, mais ou menos, ou 50 kilometros no seu maior comprimento por trinta na maior largura. E' ligeiramente onduloso a oeste e montanhoso de norte a sul na consideravel faixa que se estende até as divisas de Minas. O «Morro do Barreiro», a «Serra das Posses», a «Serra da Gloria» são montes isolados que se notam a oeste. As maiores montanhas são ramificações da «Serra do Caracol» que é uma continuação da «Serra da Mantiqueira». Essas recebem as denominações: «Serra da Cachoeira», «Serra da Prata», «da Boa-Vista», «do Paiol», etc.

O ponto culminante do municipio está na «Serra da Boa-Vista» com uma elevação superior a 1500m. acima do nivel do mar.

A parte montanhosa do municipio compõe-se de rochas granitoides, predominando, em alguns pontos, o GNEISS mais ou menos decomposto, geralmente coberto por uma camada de terra vegetal muito favoravel á grande vegetação lenhosa.

Os campos que se dilatam para oeste têm começo na parte occidental. Esta parte do municipio é extremamente síliciosa. Espessa camada de argilla, diversamente colorida, com predominio do vermelho, devido ao oxido de ferro, occupa a

CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE

Na ata de 30 de maio de 1924 encontra-se a seguinte indicação:

Devendo comemorar-se, a 24 de junho próximo, o primeiro centenário da fundação da cidade, indicamos que fique o prefeito autorizado a promover os festejos para essa comemoração, promovendo os meios necessários para ser erigido um monumento que assinale esse fato, em lugar que será oportunamente determinado. Indicamos igualmente que o prefeito fique autorizado a despendar a quantia necessária para essa comemoração.

São João da Boa Vista, 30 de maio de 1924. Antônio Cândido de Oliveira Filho, Dr. José Procópio de Andrade Jr., Lauro Maciel de Godói, José Alexandre de Almeida, Antônio Rodrigues Pinto, Antônio Jacinto dos Santos Malheiros. Dá-se por aprovada essa indicação imediatamente, por esta assinada por todos os Srs. vereadores.

O Sr. Dr. Andrade Jr. explica que no dia 24 de junho próximo será lançada a pedra fundamental do monumento comemorativo, que será levantado depois, com verbas que a Câmara votar e com o auxílio dos particulares. Por falta de verba e devido à escassez de tempo, não é possível fazer-se agora a ereção desse monumento. Quanto aos festejos, diz S. Exa. que a comissão, que foi nomeada, publicará oportunamente o respectivo programa.

Ata do lançamento da pedra fundamental do monumento comemorativo do primeiro centenário da fundação da cidade de São João da Boa Vista

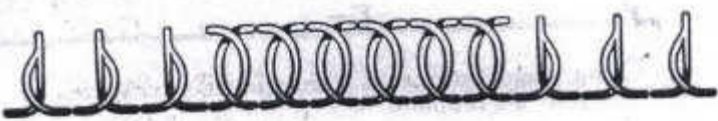
Aos 24 de junho de 1924, nesta cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, às quatorze horas, no Largo da Matriz, com a presença dos Srs. Dr. Antônio Cândido de Oliveira Filho, presidente da Câmara Mu-

nicipal; Dr. José Procópio de Andrade Jr., prefeito deste município; Dr. Teófilo Ribeiro de Andrade, deputado estadual por este distrito; Dr. Nélon Noronha Gustavo, juiz de Direito desta comarca, Dr. Gustavo Evaristo dos Santos, juiz de Direito substituto; Antônio Rodrigues Pinto, major Antônio Jacinto dos Santos Malheiros, capitão Lauro Maciel de Godói, capitão José Alexandre da Almeida, Gabriel Antônio da Silva Oliveira e major José Marçal Nogueira de Barros, vereadores; capitão José Gomes Guimarães, capitão Gabriel Rabelo de Andrade, Dr. Alípio Noronha Gomes da Silva, membros do Diretório Político Republicano, do qual é presidente o Sr. Dr. Antônio Cândido de Oliveira Filho, já nomeado; Dr. Ascendino Resende, promotor público da comarca, major Sebastião Silveira, escrivão do júri; revmo. padre Josué Silveira de Matos, vigário desta Paróquia; José Castelo, também do diretório; capitão Pedro de Oliveira Westin e Tibúrcio Guedes de Sene, tabeliães; José Pacheco, contador e distribuidor; professor Pedro Maciel de Godói, diretor do Grupo Escolar "Joaquim José"; Basílio Braga, representante do procurador da República; major José Procópio de Azevedo Neto, coletor federal; capitão Antônio Vespasiano de Albuquerque, coletor estadual; capitão Antônio Marques Jr., primeiro juiz de paz; Orlando de Andrade Resende, escrivão de paz; a comissão nomeada para organizar os festejos de hoje (comemorativo do primeiro centenário da fundação desta cidade), composta dos Srs. Dr. Carlos Kiellander, Manuel da Costa Patrão, e capitão Lauro Maciel de Godói (já nomeado), e outras autoridades e grande massa popular, fez-se no lugar previamente designado pelo governador do município e pela referida comissão, e com as solenidades de estilo, o lançamento da pedra fundamental do monumento comemorativo do primeiro centenário (que hoje passa), da fundação desta cidade de São João da Boa Vista. Falou, nesse ato, o exmo. Dr. Antônio Cândido de Oliveira Filho, orador nomeado pela aludida comissão. S. Exa. fez histórico da fundação desta cidade, prestando homenagem à memória dos seus fundadores e citando nomes de todos aqueles que concorreram para o seu progresso. Ao ato estiveram presentes também os Srs. Francisco Pascoal, redator da *Cidade de São João*, Roque Fiori, redator d'*O Município*, e Adelino Gião, diretor do *O São João*. De tudo lavrei esta ata, para constar a todo o tempo. Eu, José Andrade, secretário da Câmara Municipal e da Prefeitura, a escrevi.

Seguem-se as assinaturas dos presentes, em número de 162, no livro de atas n. 317, de fls. 28 a 30v.

Só por algum impedimento ocasional não figurei entre os signatários da ata pois eu não faltava a festividade dessa natureza. Meu pai Domingos Teodoro de Azevedo Sobrinho e meu irmão Domingos Teo-





S. João da Boa-Vista

RESUMO HISTORICO

Não é, infelizmente, possível, escrever com exactos dados a historia da fundação de São João da Boa-Vista. Como em tantos outros casos, faltam-nos os documentos legítimos e abundam as lendas e tradições mais ou menos erroneas.

E' tanto mais natural essa falta de documentos, quanto se trata da fundação de um povoado, perdido nos sertões de uma longinqua colonia portugueza.

Naquelles tempos, raros eram os que conheciam os mysterios da escripta e esses não se davam ao trabalho de escrever o que faziam.

Os documentos que mais se poderiam encontrar são os referentes aos actos religiosos: baptismos, casamentos, etc.

Mas, em S. João, até esses faltam; é possível que estivessem em poder do Padre João Ramalho, assim como outros papeis relativos á fundação do lugar. e, por sua morte, tudo se perdeu.

Vamos, pois, tentar reconstruir a historia de S. João da Boa-Vista, baseando-nos um pouco na lenda e um pouco nos raros documentos.

Ha uma tradição, até hoje muito seguida, que attribue a fundação desse lugar aos Machados, em 1822 a 1824. Essa tradição foi escripta pelo sandoso sr. João Pires de Aguiar e é a seguinte:

O territorio deste municipio fazia parte do de Mogy-Mi-

rim e estava comprehendido nos terrenos denominados "Arêas do Secretario" — respeitadas pelos sertanejos.

Não obstante, Antonio Manoel de Oliveira (vulgo Antonio Machado) e seus cunhados Ignacio e Francisco Candido, vindos de Itajubá, (Minas), internaram-se nestas terras pelos annos de 1822 ou 1823, fazendo arranchação na confluencia do rio Jaguary com o corrego de S. João, que deve o seu nome ao facto de terem ali chegado os primeiros habitantes na vespera de S. João Baptista.

Antonio Machado tomou posse dos terrenos regados pelo Prata e da margem direita do Jaguary até o Rio Claro, estabelecendo sua morada á margem direita do Prata, defronte do angulo do patrimonio do cemiterio velho.

Ignacio Candido apossou-se das terras da margem esquerda do Jaguary, fazendo sua morada na chacara denominada Ponte do Jaguary.

Francisco Candido apossou-se dos terrenos regados pelo ribeirão da Cachoeira.

A esses primitivos povoadores se aggregaram, pouco a pouco, novas familias que vinham attrahidas pelas noticias desta zona esplendorosa e opulenta.

Vagarosamente as bellas florestas iam dando lugar a extensas roças; modestas habitações e innumeras choças se foram construindo nos descampados e sob as mattas.

Em 1824, Antonio Machado e sua mulher D. Mariana Maria de Jesus, em cumprimento de um voto que fizeram a Santo Antonio, doaram um terreno para patrimonio da futura povoação, dando assim origem á actual cidade.

Mais tarde, vindo a este logar Monsenhor João José Vieira Ramalho, que então residia na sua fazenda de Pinheiros, prometteram aos moradores obter a creação de uma capella no povoado, sendo, porém, S. João Baptista o respectivo orago, ao que accedem Machado.

Este sacerdote, continúa a tradição, foi o primeiro que celebrou missas no logar, vindo de sua fazenda, todos os domingos, até que foi nomeado cura da capella o padre Joaquim Sigar.

Monsenhor Ramalho mudou sua residencia para a povoação onde fez construir alguns predios e montou diversas fazendas.

O SÃO JOÃO

ORGÃO INDEPENDENTE,
NOTICIOSO E
COMMERCIAL

NÚMERO COMMEMORATIVO
DO CENTENARIO DE
S. João da Boa Vista
1824 :: 1924

Director: ADELINO GIÃO
Colaboradores diversos

S. JOÃO DA BOA VISTA
24 DE JUNHO DE 1924

São João da Boa-Vista

PEQUENO HISTÓRICO:

A seguir o leitor encontrará uma pequena notícia histórica biográfica da fundação da nossa cidade; em vista da falta absoluta de dados verdadeiros sobre a instituição de S. João da Boa Vista, como é de todos sabido, vimos-nos na contingência de colher algumas notas comprovantes, com um dos homens mais antigos aqui da terra, sendo-nos indicado sr. Benalás Pereira de Mello, irmão do nosso saudoso e querido professor de música Aquilino P. de Mello, natural do município de Itajubá (Minas), tendo vindo para cá com treze annos de idade, e aqui convive á mais de setenta annos; conheceu todos os antigos homens, já velhos n'aquelle tempo, que aqui conviveram, dos quaes numera os nomes de diversos, na longa informação que se promptificou a dar-nos carinhosamente o que nos desvaneciu sobremaneira, e as quaes reputamos.

Tal como nos notificou, as transcrevemos, na simplicidade de sua linguagem e boa retentiva que o caracteriza, sem preocupação no reboço bombástico de estylo, embora haja falhas e senões, como a falta de menção das datas que se relacionam com os factos, isso em nada absolutamente desmerece o grande valor dos dados do bom velho. Vejamos pois:

Em 1820 o município de S. João da B. Vista era sertão bruto. Antonio Machado e seus irmãos: José, Candido e Francisco Machado, todos naturaes da provincia de Minas, vieram para aqui e apressaram-se

das terras, cada qual tomou o seu quinhão de terra e edificou a moradia, voltando depois buscar as suas familias que residiam em villa da Campanha (Minas).

Convidaram outros parentes e amigos para que viessem com elles para estas partes, prometendo a doação de quinhão

da Cascata, onde está a fazenda do sr. José Marcel Nogueira de Barros; Antonio Rabello de Carvalho Junqueira, estabeleceu-se no Paló, suas terras attingiam até a estação da Prata; Vicente Francisco Ferreira, nas margens do ribeirão da Prata hoje é a fazenda de Dna. Francisca viuva, do falecido Gabriel Garcia da Costa; José

no Bairro Alegre; José Antonio Barbosa, na fazenda que hoje é dos herdeiros de José Propício Sob. Alliança; José das Neves, nas margens do correjo S. João, estrada que vai á Alliança; José da Costa, na Gramma, limitando-se com a fazenda S. Pedro; Manoel F. Guimarães, bisavô do cap. José Guimarães, residia em Caldas, comprou dos apossantes as terras da fazenda 21 de Abril, seu filho Joaquim Francisco e seus genros José Christostomo e Francisco Rodrigues Freitas, foram quem construíram a moradia; Boaventura J. de Mello, na fazenda Campo Triste; José Gonçalves Vallim, bisavô do major Teresiano Vallim, no Imbiruçu; José Garcia de Oliveira, pae do cap. José Garcia de Oliveira Filho, no Paradoiro, hoje Aurora; José Garcia Leal, desde a fazenda do Rio Claro até a Lagoa Formosa; Domingos Nogueira, no Bairro do Rio Claro; Francisco Bernardes da Costa, Ignacio Borges Carvalho, na Serra dos Mirantes; Gabriel Rabello Carvalho e seus irmãos Joaquim e Claudino Rabello de Carvalho, nas terras de seus paes, no districto de Vargem Grande; tenente João Thomas Andrade, na Fortura, Francisco e Antonio Dutra (os velhos) rtraiz do Mirante; Vicente, Francisco e Felipe da Rosa Góes, nas margens do Ribeirão dos Porcos, Santa-Galla.

Foram, enfim, esses os primeiros homens que povoaram este município. Como as familias dos apossantes se multiplicavam e cresciam, sem serem baptizados, era necessario buscar um padre, o qual fôra o padre Matheus, vigario da parochia de Mogy-Guaçu, baptizou todas as crean-



DR. JOSÉ P. D'ANDRADE JUNIOR

Prefeito Municipal incansavel e de uma dedicação sem par á nossa terra, que belle e adiantada como está, em maior parte, deve á brilhante administração do nosso homenageado.

de terra, pois que era superior e fertil, esplen-dida agua potavel. A noticia correu mundo, não só a fertilidade das terras, grandes matias com abundancia de madeira para construção, affluio dali uma infinidade de compradores das terras apossadas pelos Machados, e aqui vai o rol dos compradores:—pela banda da Cascata, José F. da Costa Junqueira, fez sua morada pouco abaixo da actual estação

Quirino, no Bairro Alegre; cap. Joaquim José d'Oliveira, na Pratinha; cap. Luiz Antonio de Oliveira, na Cachoeira; Matheus Ferreira Martins, na Barra; Antonio Luiz Ferreira, residente em Caldas, comprou as terras que hoje está a fazenda Lage e as dos herdeiros de Gabriel Francisco; Manoel Luiz de Andrade, (bisavô do sr. dr. João B. Boa Vista), e Manoel Pereira da Silva, estabeleceram-se

gas e celebrava as missas numa capelinha coberta de folhas de palmitos, ao redor, feixada com as mesmas folhas, edificada para esse fim, no lugar onde era a fabrica de fogos de Lourentino da Silva, e fora ali que foi dita a primeira missa, a seguir pediram que benesse um terreno que iris servir para cemiterio, que é de frente à casa do sr. Pedro Westin.

A doação do patrimônio e como se fez

O quinhão de domínio de Antonio Machado, confrontava com o de José das Neves, por não se poderem entrar em accordo, certa vez, por questão de demarcação, demandaram; Antonio Machado muito devoto, fez uma promessa a Santo Antonio, se ganhasse doaria o terreno para o patrimônio de Santo Antonio, e ali seria edificado a sua capella.

Realizou-se o milagre, ganha a demanda, um dia chamou seus filhos e lhes contou o facto, procedendo depois a demarcação do terreno que devia pertencer ao padroeiro da capella, o qual começara pelo vallo acima, que servia de divisa com José das Neves, até aos dois Jatobazeiros então, existentes no lado da Avenida d. Gertrudes, de hoje, e destes até à machoeira do rio Jaguary, deste, abaixo seguindo até à barra do Rio da Prata, fazendo frente com o espigão, que vem até ao correjo, do correjo acima até ao vallo onde teve inicio a demarcação.

Tempos depois veio para aqui o padre João José Vieira Ramalho, comprando as possessões a preços limitados, com intuito de construir fazenda e laborar a terra, incentivando assim os concu-

rentes a compral-a, por preço da época e a prazo longo.

Construiu a fazenda que a denominou Pinheiros, boa casa de morada, paços, engenhos a cylindro para moer canna, engenho de serra, olaria, azenha, tudo movido a força d'agua; egualmente construiu a fazenda Gloria, de S. Pedro e do Jaguary.

A fazenda Pinheiros fora vendida ao cap. José Ribeiro; a de S. Pe-

reno patrimonial, no qual morava, tendo ao fundo a sua fazenda.

Pelos lados do bairro das Posses, no Campo Triste, José Eleuterio Mafra fez sua moradia; o cap. Luiz Antonio Ferreira, no bairro Corrego Fundo, era pai de Lourenço Ferreira Castro e avô de Luiz Teixeira; todos esses homens também fazem parte dos primeiros colonizadores de São João.

Na revolução de 1842,

achava na parochia, por nomeação do bispo D. Antonio de Mello; em 1858 foi ministrado o chrismo por esse mesmo bispo.

Antes do padre José ordenar-se, o padre Joaquim de Amorim Sagar era o vigário da parochia, este foi removido para a de Jahu após a nomeação do padre José para esta.

A capella de S. João da Boa Vista fôra elevada a freguezia em 1838, á villa em 1859, á cathedra de cidade em 1880 e á de comarca em 1885.

Philantropia dos antigos proprietarios parochianos.

Quando S. João da Boa Vista fôra elevado á cathedra de capella, os mais abastados proprietarios reuniram-se para discutir-se o lugar em que deveria ser construida uma casa e arrendada a S. João Baptista, padroeiro da capella, e seria a residencia do primeiro padre que o bispo nomeasse para cá como vigário geral, sem retribuição alguma, e assim successivamente. Em caso de fallecimento ou remoção o substituinte gozaria da mesma regalia. Ficou deliberado a ser construida no largo da capella.

O primeiro a residir nessa casa fôra o padre João Ramalho, até que edificou a sua casa particular, que é hoje o sobrado da exma. sra. d. Francisca de Oliveira Costa, ali residiu também o padre Joaquim Amorim Sagar. Depois do fallecimento do padre Ramalho, o bispo d. Antonio de Mello removeu para a parochia de Jahu o padre Joaquim e para cá o padre José, que residiu na casa doada a São João mais de 43 annos e nella falleceu.

A igreja Matriz passou



CAP. LAURO MACIEL DE GODOY

Ilustre e philantropico vereador da nossa Camara Municipal

dro, ao ten. cel. Joaquim Floriano de Araujo; a da Gloria ao cel. Augusto José Ribeiro e a do Jaguary ao cap. José Tavares Coimbra.

O cap. Manoel Tavares Coimbra comprou as terras que eram ligadas ao patrimonio, abrangendo a estrada que vai ao Campo Triste, limitando-se com a fazenda Gloria, 21 de Abril, Gramma e partes das terras da villa de S. Antonio.

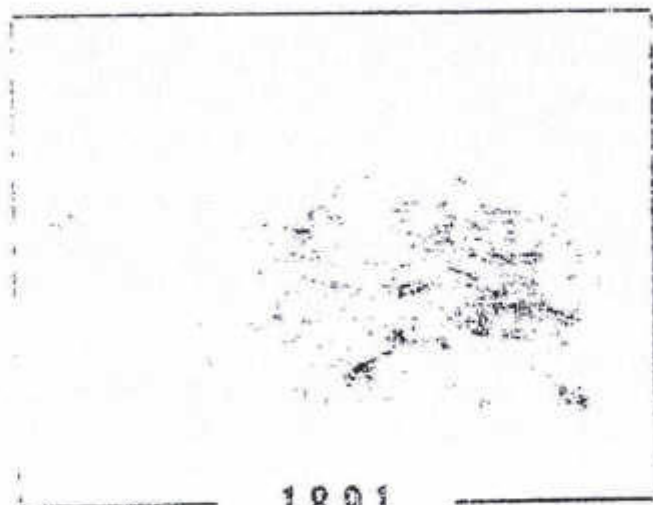
Tavares fez o sobrado que fazia frente ao ter-

o padre João Ramalho formou um contingente para marchar em direcção ao Rio de Janeiro, e baier-se ao lado do governo, e nessa mesma occasião foi eleito senador do imperio, mas infelizmente veio a fallecer pouco depois. Isto no anno de 1853.

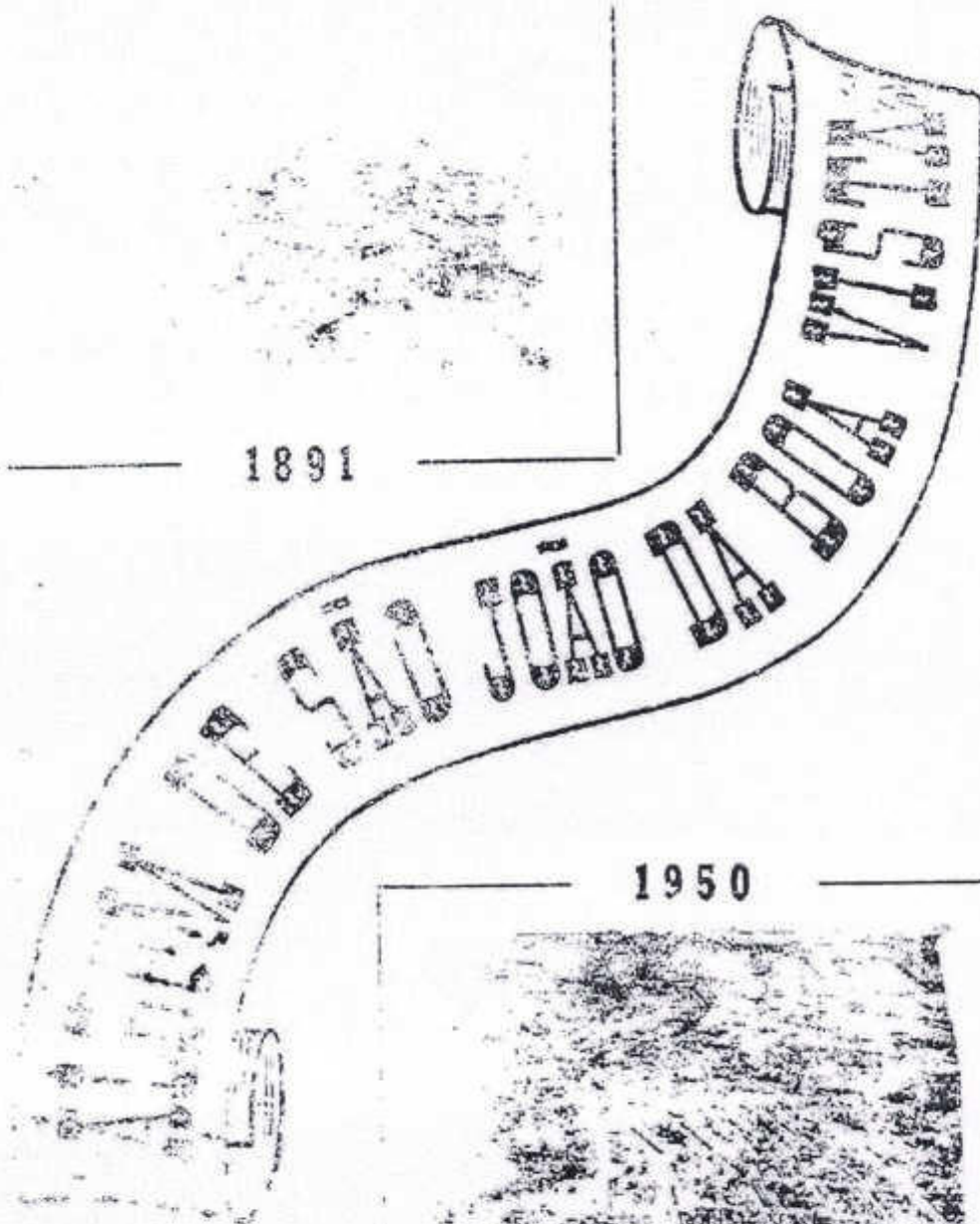
Com o patrocínio do padre Ramalho, começaram a construir uma bella igreja, mas só em 1859 concluíram os trabalhos, já o padre José Valeriano de Souza se

ANEXO 8

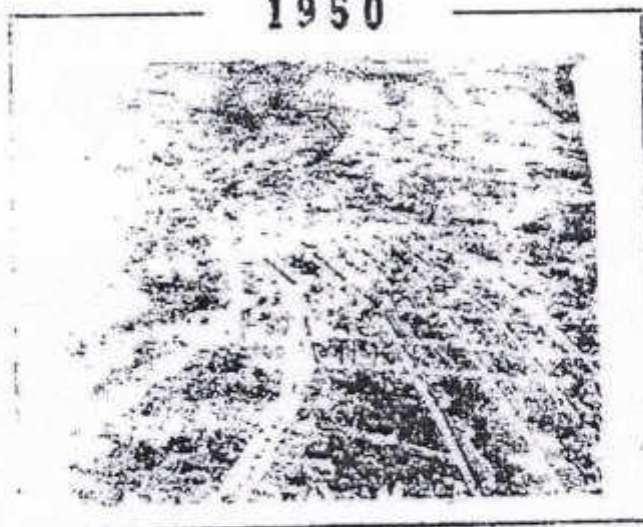
NIVEL - 04



1891



1950



Dois locais possíveis da cidade:
 A área acima do século IV;
 no lado do rio século XV.

A peça de Thornton Wilder tem significação para todos os povos civilizados, não importando país, nem raça, nem crença.

NOSSA CIDADE, que não pode ser capital, ou industrializada mar, um a dois milhares de casas, onde a maioria deve conhecer-se e interessar-se uns pelos outros.

Grover's Corners é o modelo de todas elas. Os seus três atos são os momentos mais importantes da vida de cada um de nós: adolescência, casamento e morte.

Se fôssemos, mas nós vamos, comparar São João da Boa Vista a Grover's Corners, chamaríamos também o diretor de cena invisível que nos explicaria:

— Nossa cidade começou pelos anos de 1822 a 1824, não se podendo precisar datas, pois os documentos, se é que existiram, perderam-se com a morte do seu provável possuidor — o padre João Ramalho. O território fazia parte de Mogi-Mirim, compreendido entre os terrenos denominados "areas do Secretário". Os Machados, Antônio Manoel de Oliveira (vulgo Antônio Machado) e seus cunhados Ignácio e Francisco, vindos de Itajubá, seriam os primeiros povoadores, e teriam dado o nome de São João ao lugar, porque o dia da sua chegada era o da véspera de São João Batista. Esta lenda foi escrita por João Pires de Aguiar. É tão simples que poderíamos aceitá-la como verdadeira. O mesmo Antônio Machado doou o terreno para patrimônio da futura povoação. Monsenhor João José Vieira Ramalho veio da sua fazenda de Pinheiros e garantiu aos moradores da capela. Mais tarde, quando cumprida sua promessa, vinha aos domingos celebrar a missa. Acabou mudando-se para São João onde foi proprietário de fazendas e de casas. O patrimônio tinha 14 alqueires, com denominação de Pasto das Almas, do Sacramento e do Rosário, en-



É a outra ilhada praça que ornamenta a cidade. É a Coronel Joaquim José, romântica e ensolarada sempre

globado em São João da Boa Vista.

Padre João Ramalho tomou parte na revolução de 42; provavelmente os córregos do Quartel e do Polvarinho, assim como a serra do Paiol tiveram seus nomes devido ao movimento. Diz também a lenda que o verdadeiro fundador da cidade morreu quando celebrava a missa de São João, que por um motivo qualquer, fôra transferida do dia 24 para o dia 26 de junho de 1853.

Mas será tudo isso verdade? Dizem outros que não; que já no século XVIII passava por onde está a cidade uma estrada que ia ao sul de Minas; que ao longo da via de comunicação muitas casinhas foram construídas; que as terras foram dadas em sesmarias e uma delas pertencia ao padre Junqueira e este sendo amigo do padre Ramalho, daí o interesse que teve pela fundação do povoado e compra de terras no lugar.

Como quase todas as cidades do mundo a Nossa Cidade tem pequenos mistérios na sua origem. Mas quando vêm os documen-

tos tudo se esclarece de maneira prosaica: pela lei de 28 de fevereiro de 1838 foi São João da Boa Vista elevada a freguesia. Era assim o texto: "Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, Cavaleiro da Casa Imperial. Comendador da Ordem de São Bento de Aviz, condecorado com a medalha de distinção das campanhas do Sul, Brigadeiro de Infantaria e Presidente desta Província de São Paulo, faço saber a todos os seus habitantes que a Assem-

FARMACIA SANTA LUZIA

Pharmacôulico:
Bras Nicola Sabino

Praça Armando Salles, 107
Fone, 1-52

SUBSÍDIOS À HISTÓRIA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

THEOPHILO DE ANDRADE



O TERRENO E A CAPELA

Não desejando penetrar no campo das divagações e pormenores sobre a fundação da cidade e aceitando a versão de que esta teve início após a doação do terreno feita por Antônio Machado e sua mulher, em 1824, por intervenção do Padre João Ramalho, começarei por esses venerandos vultos a dizer quais os pioneiros e principais cooperadores da formação da nossa cidade e do desenvolvimento do município.

A figura do Padre João Ramalho avulta entre os formadores da povoação, e este fato não sofre qualquer contestação, como se verifica da versão apresentada por todos os cronistas e de artigos que, com apoio neles, escrevi na «A Cidade» de 24 de junho de 1938, por ocasião do primeiro centenário da freguesia.

Não obstante já serem bem conhecidos os traços marcantes da personalidade do nosso João Ramalho, renovo ligeiramente nesta nota alguns dados sobre a sua larga trajetória na vida desta cidade e de outros municípios da então Província de São Paulo.

ENCICLOPÉDIA

DOS

MUNICÍPIOS BRASILEIROS



Vila Rica

O nome da cidade deriva-se do fato seguinte: Os Machados chegaram aqui em vespas de São João e resolveu dar o nome do santo festejado, ao pouco aqui se instalaram.

Quanto ao fato do nome da cidade, (da Boa Vista), explica-se pelas paisagens encantadoras que se destacam das serras e da maravilhosa vistação de cima que essas serras apresentam aos que se admiram da cidade.

Em 28 de fevereiro de 1838 o pequeno povoado foi elevado a freguesia e em 24 de março de 1856, a Lei provincial n.º 12 elevou a freguesia a vila.

Existe ainda nos arquivos da Prefeitura Municipal, a Ata de instalação da nova vila, cerimônia realizada em 7 de setembro de 1859.

Em 28 de fevereiro de 1838 o pequeno povoado foi elevado da Boa Vista a categoria de cidade, passando desde então a prerrogativa de contar com Juiz de Direito e fórum local.

O verdadeiro patrono do município foi Monsenhor João José Vieira Ramalho pois com seu interesse e sua proteção não se desenvolveu o pequeno borgo e povo que



Vila Rica

se elevou por poder e muita insistência de uma região toda para a construção da cidade, primeiro e dos seus muros. Padre Ramalho incentivou e orientou as populações propiciando aos moradores aquilo que hoje designamos estabelecimentos de ensino, das artes e ofícios e indústrias necessárias para prosperar.

Com os estudos de Magalhães, chegou uma nova visão elevada para o progresso para fortalecer e consolidar sua política e cultural uma cidade mais inteligente e mais a Capital da então Província de São Paulo.



Palácio Municipal

O município compreende a grande zona e as vilas de Aguiar (Santa Catarina), Vargem Grande e São João e com o decorrer do tempo foram conquistando sua autonomia, originando das cidades progressistas, depois vilas e de sua liderança fortalecida.

Desde então a primeira sessão municipal, sendo com muitos profissionais registrados e com a Secretaria e Prefeitura Municipal sob o comando de Joaquim José de Oliveira, sob a presidência de Oliveira e a cidade, em constante desenvolvimento, equilibrando-se pelas técnicas que surgiram e se

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA AZEVEDO

HISTÓRIA
ADMINISTRATIVA E POLÍTICA DE
SÃO JOÃO DA BOA VISTA
(1896 a 1932)



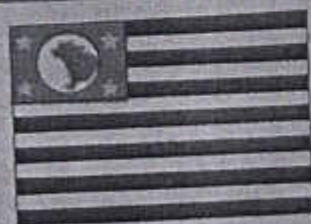


Pedra fundamental do monumento ao Centenário de fundação de São João da Boa Vista (24/06/1924)



Cápsula encontrada junto a pedra fundamental do monumento ao Centenário da cidade.

ANEXO 12



SÃO JOÃO DA BOA VISTA



GOVERNO
Antenor José Bernardes

1824 ★ ALMANAQUE DO SESQUICENTENÁRIO ★ 1974

PREÂMBULO

Não é, infelizmente, possível escrever com exatidão a história da fundação de cidade de São Paulo da Boa Vista. Como em tantos outros casos, faltam-nos os documentos legítimos e abundantes as tradições ou ao menos errôneas. E tanto mais natural esta falta de documentação, quando se trata de povoação de uma linguística colônia portuguesa perdida nos sertões. Aquela sempre rudimentar, sem salvação de uma linguagem colônica portuguesa perdida nos sertões. Não havia quem soubesse ler e escrever e essa não se dava ao trabalho de registrar o que viam e ouviam. Há muito tempo já se perdeu referências aos aspectos religiosos como batizados, casamentos, enterros, etc. É provável que existissem em poder do padre João Ramalho, (1) juntamente com outros papéis relativos à fundação da cidade, e que se perderam quando ele veio a falecer. Para a compilação deste pequeno histórico utilizamos os escritos e as declarações de várias pessoas e entidades, entre as quais: (por ordem alfabética) Beneditino Pereira de Melo, Dr. João Pires de Aguiar, Dr. Joaquim José de Oliveira Neto, Dr. Manoel Gonçalves de Oliveira Azevedo, Da Maria Leonor Alvares Silva, Dr. Teófilo de Andrade, os arquivos do Ministério do Exército, a biblioteca do Museu Histórico e Pedagógico "Armando Mattias de Oliveira" na mesma cidade, os arquivos do Palácio dos Bandeirantes em São Paulo, etc. Esta falta de dados, e a ausência de vários correntes discutindo ainda quanto à data de fundação da cidade, são um grande inconveniente para o relato, e por isso, ao fim do presente volume, historiadores publicaram algumas notas e citações de vários pesquisadores e historiólogos, os quais podem ser os fatos certos, sendo que também há afirmações na história e nas lendas, mas assumindo responsabilidade alguma segundo as fontes mencionadas no texto. À este estado de coisas contribuiu também a intercorrência de elementos os quais não tinham a certeza que não queriam a publicação deste ALMANAQUE. Não deixando entrar em polemica com aqueles e nem ainda mesmo com os mais variados historiadores da cidade, na frente dos quais apresentaremos a nossa ignorância, e aceitando os dados oficialmente divulgados pelas autoridades locais, apesar das divergências, servem, iniciamos o nosso trabalho.

OS PRIMEIROS MORADORES

O território desse Município, tanta parte do de Moji Mirim, localizando nos terrenos denominada de "Área do Secretário". Em 1880, o território em que a margem São João da Boa Vista, era servido pelo C. Estrada de Goiás vinha até Itapera (atual Aguiar), e dali dirigia-se para Casa Branca. Nessa zona era, ainda, robita de mato. Em 1824 chegou de Minas Gerais o guarda-mor José Antonio Dias de Oliveira, cidadão português, vindo com d. Ana Maria Franco de Oliveira. Vieram com filhos e escravos para instalarem-se na fazenda "Campo Triste", propriedade que havia sido comprada dos herdeiros do sesmario José Duarte em 1817. (2) Em 1824 chegou de Itapira com sua família e poucos escravos, Antonio Manuel Simoes (ouço Machado), acompanhado também pelos seus colhidos Francisco, Pedro e João. Chegando, todos, naturais da provincia de Minas instalaram-se em sua fazenda primitiva localizada na margem direita do córrego São João. Aposentaram-se as varias terras das quais cada um tomou o seu quinto, e mandaram vir o resto de suas familias trabalhando ao mesmo tempo outros pastos e amigos, prometendo a doação de terras para suas familias e com oitima renda por ano.

Estes fatores foram conhecidos por muita gente, não somente pela fertilidade da terra, mas também pela existência de grandes matas com abundância de madeira ótima para construção. Além disto, a abundância de sementes de algodão se fizeram na zona residencial definitiva. Entre eles se lembramos Jacquin Góes.

Valim (presumivelmente) desconhecida de muitos do pessoal. Mas, Maria Pereira Martins, José Vitorino de Lima, José P. da Costa, Jurgens, Luis Antonio de Oliveira, Gabriel, Rabelo, Carvalho e seus irmãos Jorgens e Claudio, Manoel Luis de Andrade (filho do Dr. João Bot. Viçosa) e outros, estavam presentes.

[illegible]

DEADLINES

[illegible][illegible]

HISTÓRIA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

TEXTO

MARIA LEONOR ALVAREZ SILVA

PESQUISA

MATILDES REZENDE LOPES SALOMÃO

SÃO JOÃO DA BOA VISTA



Cândido de Figueiredo, no seu *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, dá como sinônimo de agregado, aqui no Brasil, os termos: criado, serviçal. Fica então bem esclarecido que D. Ana Maria Franco, viúva do guarda-mor, José Antônio Dias de Oliveira, representada por seu curador, o alferes Joaquim Gonçalves Valim e seus filhos emancipados, sabendo que os seus agregados, cujos nomes já foram citados, haviam se reunido em habitações próximas uma das outras, nas terras de sua fazenda Campo Triste com o objetivo de formar um pequeno burgo, recorreram à Justiça para impedir essa ocupação ilegal. Não tendo pretensões urbanísticas, procuraram as autoridades em Moji-Guaçu para impedir que se formasse uma vila, dentro de sua fazenda Campo Triste. Por terem procedido assim e não recorrendo à violência, como era costume naqueles tempos é que hoje podemos afirmar sem receio de engano, que foi em 1830 que surgiu o primeiro ensaio urbanístico, daquilo que viria a ser a cidade de S. João da Boa Vista, pois as datas são claras, no documento encontrado em Moji-Guaçu.

A História é uma ciência social. Para estudá-la e desenvolvê-la, existem duas fontes. Uma é a tradição. Outra, a documentação. Uma não pode prescindir da outra. Daí o fato irreversível: S. João da Boa Vista surgiu no ano de 1830, por ter aquele grupo de agregados da Fazenda Campo Triste, desejado "formar vila". Intimidados a desocupar o lugar, no prazo de um ano e não sabendo escrever, assinaram "de cruz", como era costume.

Um deles, entretanto, João Manuel Pereira, "renegou o sinal", isto é, não quis assinar. Entretanto, as casas não ficaram vazias e o número de moradores foi aumentando. Em 1832, conforme *Livro de Tombo da Freguesia de Moji-Guaçu*, existente na Cúria Diocesana de S. João da Boa Vista, à pág. 47, há um requerimento dos moradores do povoado, apresentado ao Vigário-Geral e Provisor do Bispado, solicitando a curadoria de sua Capela. Esse requerimento pede que o Vigário-Geral determine aos párocos de Caldas, Casa Branca e Moji-Guaçu que cedam seus emolumentos "a benefício do capelão curado". Como resultado, os párocos de Caldas, Casa Branca e Moji-Guaçu, respectivamente Reverendos Antônio de Carvalho Pinto, Francisco de Godóis Coelho e Matheus José Leite, abriram mão de seus emolumentos nas diversas partes das regiões a que tinham direito de vicariato, para que pudesse ser

Filho: uma parte de terras pela sua legítima paterna, no valor de 17\$000; nas terras do Ribeirão Claro, no valor de 50\$000. Os herdeiros foram contemplados com terras no Rio Claro. Escrivão da Vila de Moji-Mirim, Francisco Monteiro da Silva".

Nesse mesmo documento existe uma petição assinada pelo Padre Joaquim Feliciano de Amorim Sigar, apresentando as terras do Rio Claro, como divisas por ele calculadas (pág. 13, verso) e solicitando que se adjudicasse à viúva Mariana Vicência, meira na herança deixada por Antônio Manoel de Siqueira, as "rodas de fiar" e dois "tachos", e para o abentistato, aplicado nos sufrágios, a bem da alma do falecido, a quantia de 10\$000.¹⁶

Sendo todos os membros da família analfabetos, o Padre Joaquim Feliciano de Amorim Sigar, primeiro sacerdote nomeado para a Freguesia, assinou por todos, inclusive pelos órfãos a rogo dos mesmos. Até agora, a família, ou antes, os *Irmãos Machado*, foram sempre considerados como os primeiros a chegar em nossa região, os fundadores da localidade. Entretanto, tudo que foi escrito até agora, estava baseado na tradição. Ora, nem sempre a tradição alicerça-se na verdade histórica. Por mais bem intencionada que esteja, em dizer a verdade, uma pessoa não pode estribar-se na memória ou no "ouvi dizer". Daí a busca determinada e sistemática, que vem sendo feita, em todas as fontes onde é possível encontrar as bases para a História de São João da Boa Vista e o encontro de documentos e datas, que estabelecem definitivamente os fatos históricos, sobre a origem do município.

É necessário repetir que a História baseia-se na tradição e nos documentos, mas estes, serão sempre os últimos a definir uma questão e a esclarecer uma dúvida, pois permanecem nos Cartórios, indiscutíveis e inalteráveis a proclamar através dos dizeres registrados, tudo que aconteceu no passado e que pôde ser inscrito, para orientar os futuros historiadores.

A Antônio Manoel de Siqueira pertence a glória de ser um dos primeiros povoadores da região, mas não foi o primeiro a chegar aqui, com sua família, como sempre constou nos

16. Autos do Inventário de Antônio Manoel de Siqueira Machado, Cartório do 1.º Ofício de Moji-Mirim, maço n.º 115.

Anais de São João da Boa Vista. Foi entretanto, o primeiro doador de terras, para o Patrimônio da então Freguesia. * Lavrador, proprietário de extensa gleba, embora homem rústico e de trato humilde, possuiu entretanto, generosidade e amplidão de vista, para abrir mão de uma pequena parte de seu patrimônio doando-a para que o arraial incipiente, pudesse ter seu patrimônio, a sua primeira rua alinhada, com a denominação de rua Santa Cruz.¹⁷ Pioneiro e benemérito, estes são os títulos com que podemos fazer referências à sua memória. Apesar de analfabeto, deve ter sido um dos que assinaram em cruz, ou dos que solicitaram que a capelinha de tábuas, visitada até então por sacerdotes itinerantes (padres com espírito de missionários), fosse curada, isto é, tivesse um padre a dirigi-la permanentemente, assistindo espiritualmente aos primeiros povoadores da Freguesia.

Pelos documentos consultados, observa-se que a Freguesia, isto é, a parte urbana dela, situava-se toda, junto ao Córrego São João. Tanto a capelinha, como as primeiras casas, foram erguidas ali nas proximidades e o Padre Joaquim Feliciano de Amorim Silar, primeiro sacerdote nomeado, convivia com a família de Antônio Manoel de Siqueira, sendo Curador de seus herdeiros menores e tendo assinado o inventário, porque os filhos do inventariado eram analfabetos. Está perfeitamente estabelecido, através de estudos feitos em pesquisas de Cartórios, que os lendários irmãos Machado, dos quais aparece apenas um, Antônio Manoel de Siqueira, não foram os primeiros povoadores do município. Embora possam ser considerados pioneiros, quando aqui chegaram, já havia na região, a família de José Antônio Dias de Oliveira, proprietária de imensa gleba, que em ocasião oportuna, publicaremos as dimensões, através de divisas registradas em Cartório.

A zona ocupada pelos Machado, ou mais propriamente, pela família de Antônio Manoel de Siqueira, era do córrego São João para baixo, na direção norte da cidade. Foi também um dos pioneiros, com sua família, mas quando aqui chegou, já encontrou radicada na região, a família do guarda-mor José Antônio Dias de Oliveira. Quando nos acostumamos a assimilar certos fatos, através de uma História repetida durante quase um século, é natural que nos rebelemos a aceitá-los, de uma hora para outra, contados de forma diferente, com o apareci-

17. Cartórios do 1.º e 2.º Offícios de São João da Boa Vista.

encontrado ainda, um despacho eclesiástico, com a assinatura do Padre Ramalho, nem o registro de uma proposição ou projeto de Lei, que visasse o benefício dos eleitores de Padre Ramalho. Dizemos eleitores e não fiéis, pois o sacerdote não aparece à frente de nenhuma paróquia. Pode ser que em futuras pesquisas o encontrem em documentos que revelem sua atuação como religioso ou como político que fez carreira atingindo o posto de Senador do Império, cargo para o qual foi indicado, mas que não pôde exercer por ter falecido.

Quando os agregados do guarda-mor José Antônio Dias de Oliveira "querem formar vila", e o Curador da viúva do guarda-mor e dos órfãos, alferes Joaquim Gonçalves Valim, submete a questão à Justiça, em Moji-Guaçu, Padre Ramalho ainda não aparece. Quando formado o povoado, já com a assistência da família proprietária das terras, os moradores pedem que a capelinha fosse curada às autoridades eclesiásticas de São Paulo (Bispo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade), ele ainda não se apresenta aos moradores do povoado. Quem celebrou a primeira missa no altar portátil da Capelinha, erguida onde é hoje o bairro do Rosário, foi o Padre Mathews José Leite, de Moji-Guaçu. Os outros padres, de Caldas e de Casa Branca, cedendo seus direitos sobre terras que iriam formar o patrimônio da nova paróquia, confessam ignorar tudo sobre os povos "desses sertões". Sendo o recenseamento dos novos moradores, uma atividade obrigatória anual, das Companhias de Ordenanças, com sede em Moji-Mirim, é óbvio concluir que o Padre Ramalho só aparece na Freguesia, depois que o Padre Joaquim Feliciano de Amorim Siga estava ministrando os sacramentos, desde 1838. Um grupo de moradores, residindo com o seu pároco, nas proximidades da Capelinha, edificada perto do córrego São João.

Em 1842 estoura em São Paulo a Revolução Liberal, chefiada por Rafael Tobias de Aguiar. Minas aderiu. Padre Ramalho ficou do lado do governo, organizou um batalhão e comandou-o, contra o movimento popular. Coloca-se, quando a Revolução foi sufocada, no ápice do prestígio junto ao governo imperial. Ora, a Revolução Liberal foi deflagrada em 1842.

A Primeira Assembléia Paroquial de São João da Boa Vista, foi também realizada em 1842.

A Revolução estourara em princípio de maio e foi dominada por Caxias, logo em seguida, com a tomada de Sorocaba,

do Jaguari", onde se localizava sua propriedade "Campo Triste", em meados do ano de 1821. O guarda-mor votou em 20 de maio, em Campanha, e veio para o seu latifúndio, comprado a herdeiros de José Dutra, em 1817.

Damos por encerrado este trabalho, feito com amor e interesse em cinco anos, para deixar à nossa Terra Natal a contribuição de sua História e da descendência de seus legítimos fundadores, o guarda-mor José Antônio Dias de Oliveira e sua esposa, D. Ana Maria Franco de Oliveira.

ANEXO 14

JONATHAS MATTOS JUNIOR

A
Catedral de
São João da Boa Vista
História

apenas esclarecido que existiram demonstrações concretas da sua narração. Os pilares do seu trabalho, pode-se concluir, ficaram sendo as tradições orais, rebuscadas, com zelo e lucidez que lhe eram próprios, no seio da população citadiana e rural, além do depoimento escrito de um dos habitantes, como citado. Evidentemente, as informações veiculadas verbalmente através dos anos demandaram trabalho de depuração, destinado a desimpregnar o que a simples lenda havia infundido na tradição.

Conta a exposição do primeiro historiador, a seguir, que ao local afluíam constantemente novos interessados em se estabelecer e trabalhar, até que, por volta de 1822, ali arrancharam três mineiros de Itajubá, que se apossaram de razoáveis áreas de chão, na confluência do córrego São João - nome por eles atribuído ao riacho, por ali terem aportado na véspera do dia de São João Batista - com o rio Jaguari Mirim. Um deles, de nome Antônio Manoel de Oliveira, mais conhecido como Antônio Machado, ocupou o espaço que ficava à direita do Jaguari e do rio da Prata, até o rio Claro; os demais, seus cunhados, Ignacio e Francisco Cândido, se apossaram, aquele, das terras da margem oposta do Jaguari, e este último, das banhadas pelo ribeirão da Cachoeira. Dois anos após, já relacionado com o Padre João Ramalho, Antônio Machado manifestou-lhe o propósito de construir uma capela em cumprimento de promessa que, com a esposa, tinha feito a Santo Antônio, e estava disposto a doar área de terreno para constituir patrimônio do lugar. Padre Ramalho, devoto de São João Batista, propenso a glorificar o nome do Santo em todos os empreendimentos, tal como fez com sua fazenda "Pinheiros", que passou a se chamar "São João dos Pinheiros", dissuadiu o doador de tomar Santo Antônio por padroeiro e prontificou-se a promover a ereção da capela, desde que com o orago de São João. E foi assim que, entre 1831 e 1832, surgiu a Igreja de São João Batista, no lugar em que se acha hoje a Catedral sanjoanense.

Prosseguiu a vida no lugarejo, para ele mudando-se muitas famílias influenciadas por João Ramalho, que orientava a tudo e a todos, como líder que se tornou pelo temperamento e pelo respeito que infundia. Homem ativo, inteligente, experiente como político e proprietário de muitos bens, teria necessariamente de assumir a posição de conselheiro e coordenador das iniciativas que tivesse por fim a organização da vida na já Capela de São João da Boa Vista.

Conta Teófilo de Andrade, o segundo investigador da História de São João, que estendendo-se as fazendas, logo adquiriu corpo a produção de cana de açúcar e fumo, expandida depois para algodão, cereais, batata, criação de gado vacum e suíno. Por último, chegou o café. Nas propriedades do Padre João



7º MOMENTO - FAMÍLIAS PIONEIRAS

Por volta de 1792, se instalam na região de Cascata o Sr. Capitão Mor Antonio Rabelo e familiares.

No ano de 1799, o Sr. José Dutra é mencionado como proprietário de Fazenda na região, pelo governo de Minas Gerais. Essa fazenda depois foi denominada Campo Triste.

"Antonio Modesto de Freitas, Matheus Ferreira Martins, José Maria Barbosa, José Nicacio de Lima, João e Silvério de Freitas, o pirangueiro Rocha, Romualdo, João Caboclo, João Godinho, José Nóbrega das Neves, Pedro e Inácio Candido, Antonio José, pessoas estas de quem há notícias confirmadas por documentos positivos pelos quais se prova que eram aqui moradores já pelos anos de 1805."

Em 1806 o Dr. Antonio Martiniano de Oliveira se instalou na região do Ribeirão do Paraíso, no Vale do Rio Jaguari-Mirim.

No ano de 1817, os herdeiros de José Dutra venderam a Fazenda Campo Triste para o Sr. José Antonio Dias de Oliveira, que veio de Minas com a família, para onde se muda em 1821, sendo recenseado em 1822. Observação: a antiga sede da Campo Triste ficava a 10 km de onde surgiria a cidade de São João da Boa Vista.

"Em 1822 já havia muita gente e muitos terrenos cultivados. É neste ano que se dá a chegada dos Machados nestas paragens; e como se vê já encontraram muitos moradores." (Antonio Gomes Martins. O município de São João da Boa Vista de 1910) afirmativa de José Pinheiro Uchoa, pág. 5.

"Entre 1822/1824, chegam de Minas Antonio Manoel de Siqueira Machado e sua esposa Dona Mariana Maria de Jesus e se instalam na região. Em cumprimento de um voto que fizeram a Santo Antônio, doaram um terreno para o patrimônio da futura povoação, dando origem à atual cidade." (João Pires de Aguiar - O município de São João da Boa Vista de 1910).

Assim outros pioneiros foram chegando e construindo suas casas nas margens dos caminhos, nas imediações do Córrego Verde (depois denominado São João) até o Rio Jaguari-Mirim.

Famílias importantes foram construindo suas fazendas na região, como os: Borges de Carvalho, Rocha, Tavares, Valim, etc.

Alemães, Suecos, Dinamarqueses e Austríacos em São João da Boa Vista



Jaime Splettstoser Junior

GC
Graph Company Editora

Breve história da cidade

*Antonio Carlos Rodrigues Lorette*¹¹

São João da Boa Vista se originou às margens de uma das ramificações da Estrada de "Goyases", que ligava Mogi Mirim e o Registro de São Matheus (atual Caconde). O local era conhecido no século XVIII como área proibida, "do Secretário", vedada aos primeiros povoadores, a fim de bloquear o contrabando de ouro do sul de Minas.

O ouro não mais existia, as pastagens estéreis do campos de Caldas entravam em decadência e os lavradores mineiros invadiram as matas do lado paulista, apossando-se de seu solo fértil, apropriado à cultura fixa.

A estrada chamada "Guayases" vinha de Mogi-Mirim, entrava em São João pela atual avenida João Osório, acompanhava o espigão da avenida Dona Gertrudes, descia pela rua Hugo Sarmento, passava pelo antigo bairro Cubatão, atravessava o córrego São João e subia pela rua General Osório, em direção ao Bairro Alegre.

Às margens do córrego foi se formando um arraial de pequenos agricultores, partindo do Cubatão em direção ao bairro do Rosário, através de uma ramificação da estrada de "Guayases", hoje formada pelas ruas Riachuelo e Aristides Lobo.

Em 1824, Antonio Manoel Siqueira, mais conhecido como Antonio Machado, e sua esposa, em cumprimento de um voto que fizeram a Santo Antonio, doaram uma gleba de suas terras para patrimônio da futura povoação. Os irmãos "Machado" eram proprietários, na época, das terras às margens do Córrego São João, descendo no sentido norte da cidade.

Segundo a tradição, a capela foi construída de madeira e barro, coberta de sapé, na confluência das ruas Aristides Lobo com a rua General Carneiro, antiga rua Santa Cruz. Aliás, esta foi a primeira rua alinhada do povoado.

Os moradores da "Capela", já com o nome de São João da Boa Vista, requereram a sagração da capelinha do arraial, em 1832. Justificaram o pedido, alegando a grande distância de nove léguas, existente entre o arraial e a Matriz de Mogi-Mirim. Citaram, também, que a região já contava com mais de 60 fogos (casas).

Mais importante que essas justificativas era o reconhecimento da comunidade através da Igreja Oficial. Como a Igreja estava ligada ao Estado, a Freguesia teria automaticamente o reconhecimento por parte do poder temporal.

¹¹ Este texto baseia-se em diversos autores, historiadores e cronistas, como Antonio Gomes Martins, Carlos Kiellander, Manços de Andrade, Theophilo Ribeiro de Andrade, José Osório de Oliveira Azevedo, Matildes Rezende Lopes Salomão, Maria Leonor Alvarez Silva e Reynaldo de Oliveira Pimenta, destacando-se também as preciosas informações dos almanaques da Província e do Estado de São Paulo, dos jornais *Cidade de São João* e *O Município*, e dos levantamentos do Club da Lavoura para a Exposição Nacional de 1908.

Monsenhor João José Vieira Ramalho, Vigário de Vara na época, teve grande participação para a implantação da Freguesia, orientando o vigário local, Joaquim Feliciano de Amorim Siga, na construção da igreja, na divisão e distribuição das datas do patrimônio religioso, e incentivando a migração de lavradores mineiros e paulistas a comprar terras e formar fazendas.

Por tradição, foi ele quem propôs a mudança do orago, de Santo Antonio para São João Batista, e a transferência do local para a construção da sede paroquial, no espigão do lado esquerdo do córrego, usufruindo das famosas "boas vistas" da Serra da Mantiqueira.

Mas a última decisão de mudança não foi tão pacífica, havendo protestos dos moradores do núcleo original. Afinal, muitos construíram suas casas em torno da capelinha, contando que esta se conservaria como o centro mais importante da futura Freguesia.

É importante observar, que a escolha do novo terreno seguia as exigências da *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), a qual determinava que "havendo-se de edificar de novo alguma Igreja paroquial em nosso Arcebispado, se edifique em sítio alto, e lugar decente, livre de qualquer umidade, e desviado, quando for possível, de lugares imundos, e sórdidos". Deveria, também, estar livre "de casas particulares, e de outras paradas, em distância que possam andar as procissões ao redor" (Const. 687).

Monsenhor Ramalho era grande proprietário de terras na região, além de ser um político militante. Veio a São João e incentivou o seu desenvolvimento, a fim de transformar a freguesia em seu mais forte colégio eleitoral.

A igreja foi construída a partir de 1848, em taipa rebocada e caiada, coberta de telhas, tendo ajuda financeira do governo provincial, conseguida pelo próprio Monsenhor. Sua inauguração deu-se em 26 de junho de 1853, dois dias após a data de seu padroeiro. Monsenhor Ramalho faleceu em meio a esta cerimônia, que ele próprio celebrava.

Além da árdua tarefa da Fábrica da Igreja em dividir e conceder datas de seu patrimônio, alguns melhoramentos urbanos foram realizados no tempo da Freguesia, como a construção e conservação dos caminhos, das ruas e do cemitério. Para o abastecimento de água, foi instalado um chafariz no centro do Largo da Matriz.

A Freguesia de São João desenvolveu-se rapidamente e foi elevada à categoria de Vila pela Lei Provincial nº 12, de 24 de março de 1859. Os primeiros vereadores praticavam atos simples de administração, condizente com o pequeno recurso financeiro da Câmara. Havia pouca esperança de obter recursos do centro da Província de São Paulo, já que a municipalidade de São João era uma das mais recentes e a receita da Província era escassa.

Em 1864, a povoação contava apenas com nove ruas e duas praças: Rua Direita, Rua das Flores, Rua de Santo Antonio, Rua do Comércio, Rua da Cadeia, Rua de Santa Cruz Velha, Rua de Santa Cruz Nova, Rua da Prata, Rua do Ribeirão, Praça da Matriz e Praça Pequena. São João era um lugarejo acanhado, com ruas esburacadas e barrentas, raros prédios assobradados, com seus quintais cercados por taipas e tábuas.

Logradouros de São João da Boa Vista



Prefácio de Antonio Cândido

Rodrigo Rossi Falconi

obtendo alvará de ereção em 25 de abril de 1832, com a bênção em 1º de agosto, tendo sido nomeado, em 1º de outubro, o Padre Joaquim Feliciano de Amorim Sigar para primeiro cura. Cinco anos depois já estava transformada em Paróquia, sendo nomeado Vigário o mesmo Padre Sigar.

Em 1838, ainda devido aos esforços de João Ramalho, por lei provincial de fevereiro daquele ano, a povoação foi elevada à categoria de freguesia. Promoveu, ele, depois, em 1848, a construção de uma nova igreja, a qual foi reconstruída em 1890.

Segundo o Dr. Theophilo de Andrade: "Não somente fundou o povoado, traçando o plano, com os quarteirões, ruas e largos bem alinhados, com a simetria de um técnico, como também modelando-o para a sua expansão e incutindo no espírito de seus primeiros moradores os sentimentos do bem, da ordem e da virtude para a formação moral da cidade. Os seus ensinamentos técnicos e os seus exemplos serviram de roteiro seguro para os seus seguidores, tanto na parte material como nos costumes".

Padre João Ramalho, além da fazenda Pinheiros, adquiriu também no município as de São Pedro e Glória, esta abrangendo a Capituva, também comprando casas no local, onde cuidou da igreja e da instrução, ainda sem professores públicos.

Devido a seu exemplo e de outros, a lavoura rapidamente progrediu para a policultura, com plantação de café, algodão, cana-de-açúcar, batata, mandioca, milho, feijão, arroz e outros cereais, instalando engenhos em duas de suas fazendas. Desenvolveu, ainda, a criação de gado bovino e suíno, ainda que em pequena escala, para consumo e exportação, e promoveu o primeiro abastecimento de água para a cidade, trazida até o centro no Largo da Matriz.

Residindo em Mogi Mirim quando ocorreu a Revolução Liberal, em 1842, chellada por Tibbas Barreto, manteve à sua custa numeroso corpo de armad, impedindo que a rebelião surgisse em outros lugares da Província, colocando-se ele próprio à frente das forças.

Foi um político de grande influência no meio em que viveu, participando da Assembleia Legislativa de São Paulo, na quinta (1844-1845) e nona legislatura (1852-1853), como deputado, e na terceira (1843-1844) e sétima legislatura (1848-1849), como suplente.

No parlamento paulista fez parte da Comissão Eclesiástica, em que se assinava sempre Vieira Ramalho, sendo de sua iniciativa um projeto em que foi criada uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino em São João da Boa Vista, transformado em Lei número 255, de 22 de fevereiro de 1844.

Por sua destacada atuação, Padre João Ramalho recebeu diversos títulos e homenagens, destacando-se o de Monsenhor Honorário da Capela Imperial, Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro e Cavaleiro da Ordem de Cristo.

No dia 19 de abril de 1852, foi nomeado por Dom Pedro II para o cargo de senador do Império, como representante da então Província de São Paulo. Entretanto, não chegou a sentar-se na sua cadeira, por motivo de falecimento. Deveria ter preenchido a vaga aberta o Desembargador Francisco José de Lima, tendo sido declarado impedido, foi substituído, de agosto de 1853 até o fim da sessão desse ano, por Martin Ribeiro de Andrade.

O Monsenhor João José Vieira Ramalho faleceu no domingo, dia 26 de junho de 1853, aos 63 anos de idade, quando celebrava a missa na Igreja Matriz de São João da Boa Vista, que ele ajudou a construir, deixando a todos os presentes chocados com a cena. Conforme consta do livro de óbitos da Igreja Matriz, a responsabilidade do Padre Sigar: "Aos vinte sete dias de junho de mil oitocentos e cinquenta e três sepultou-se nesta Matriz o cadáver do Excelemo, Conselheiro e Monsenhor João José Vieira Ramalho, de idade sessenta anos, mais ou menos. Faleceu de inflamação, sendo encomendado com todos os Sacramentos, da Penitência, Eucaristia e Extrema-Unção. Seu corpo foi envolto em suas vestes de Monsenhor e solenemente recomendado". Foi sepultado na direita da Igreja Matriz onde foi colocada uma lápide destacando, além de suas atividades, o fato de ter sido o "Criador D'Esta Localidade".

O poder público, como forma de reconhecimento, atribuiu o nome do Monsenhor João José Vieira Ramalho a uma praça da região central da cidade e alguns anos depois foi construído o Mercado Municipal, depois terminal urbano, bem como a uma rua localizada na Vila Brasil.

ANEXO 18

Fundação de São João da Boa Vista

Uma cidade procura sua origem

João Baptista Scannapieco

não o do povoado, que vai receber o nome de Santo Antônio do Jaguari!

Seguindo a narração dos primeiros historiadores, encontramos que Antônio Machado tomou posse dos terrenos banhados pelo Ribeirão Prata e da margem direita do Jaguari-Mirim até o rio Claro. Descrevem também que ele fez sua morada à margem direita do Prata. Ignácio Cândido apossou-se das terras da margem esquerda do Jaguari-Mirim, onde fez morada em uma chácara, chamada de Ponte do Jaguari. Francisco Cândido apossou-se dos terrenos regados pelo Ribeirão da Cachoeira.

A parte principal e central é a narração que se segue: - “Em 1824, Antônio Machado e sua mulher D. Mariana Maria de Jesus, em cumprimento de um voto, que fizeram a Santo Antônio, doaram um terreno para patrimônio da futura povoação, dando assim origem à atual cidade.” Antônio Gomes Martins – O Município de São João da Boa Vista – 1910 – pág 02.

Mais um trecho desta primitiva narração histórica: - “Mais tarde, vindo a este lugar Monsenhor João José Viera Ramalho, que, então, residia na sua fazenda de Pinheiros, hoje Três Fazendas, prometeu aos moradores obter a criação de uma capela no povoado, sendo, porém, S. João Batista o respectivo orago, o que acedo Machado. Este sacerdote, continua a tradição, foi o primeiro que celebrou missas no lugar, vindo de sua fazenda, todos os domingos, até que foi

nomeado cura da capela o padre Joaquim Sigar. Padre Ramalho mudou sua residência para o povoação, onde fez construir alguns prédios e montou diversas fazendas. A seu convite migraram para este lugar muitos lavradores mineiros, abastados, que compravam terras e formavam fazendas. A princípio, construíram uma pequena capela, que serviu por alguns anos. De 1848 a 1850, Monsenhor Ramalho, com o auxílio dos mais fazendeiros, fez construir a igreja matriz.”

Infelizmente, Gomes Martins nada escreveu sobre a primeira capela, tosca e improvisada, nem de seu orago: Santo Antônio. Também não foi mencionado o primeiro nome do Povoado: Santo Antônio do Jaguari. O que me chamou a atenção foi a citação de que o Padre Ramalho mudou sua residência para o povoado. Concluímos que o povoado já existia, faltou citar seu nome (Santo Antônio do Jaguari).

Gomes Martins chama Monsenhor Ramalho de “benemérito” e termina seu texto escrevendo:- “Esta é a tradição mais conhecida sobre a fundação de São João da Boa Vista”.

A seguir, o autor passa a historiar as pesquisas de José Pinheiro de Ulhoa. Este personagem aparece na história de São João da Boa Vista, citado por Theophilo de Andrade, em 1891, como participante da Câmara de Vereadores.

A parte maior de seu relato se refere às Sesmarias, com o nome de seus proprietários e uma localização precisa. Não vou divagar, no momento, por estas preciosas informações, para não desviar do objetivo proposto nesta obra:- Fundação de São João da Boa Vista.

Até o ano de 1976, a data considerada como a da fundação da cidade era 1824 e daí contavam-se quantos anos São João da Boa Vista possuía!

Conclusão:- Por estes relatos, temos os seguintes fatos:

1- Declaração de Gomes Martins sobre a falta de documentação.

2- A fundação "deste lugar" é atribuída aos Machado.

3- As terras, onde os Machado chegaram, ficavam nas "áreas do secretário"- terras proibidas para penetração.

4- Antônio Machado e seus cunhados ignoraram a proibição e aqui se fixaram, entre 1822 e 1823.

5- Vieram de Itajubá, Minas Gerais.

6- Fixaram-se na confluência do córrego São João com o rio Jaguari - Mirim.

7- A chegada dos Machados foi na véspera do dia de São João Batista. Vem daí o nome do Córrego.

8- A doação do terreno para o patrimônio foi realizada por Antônio Machado e sua mulher, Dona Mariana Maria de Jesus, em 1824.

São João da Boa Vista

Subsídios Históricos
e Genealógicos

Jaime Splettstoser Junior

DUTRA

A primeira referência é de 1798, quando a família de José Dutra é recenseada pelas patrulhas de Mogi Guaçu. Em 1817 a viúva e filhos vendem a Fazenda Campo Triste ao Guarda-Mor Antônio Dias de Oliveira casado com Ana Maria Franco de Oliveira. Foi num rancho desta fazenda que o sábio naturalista francês Auguste de Saint Hillaire pernitoou em 1819, quando percorria a Estrada de Goiás, em direção a São Paulo.

JOSÉ DUTRA, natural de Barbacena, filho de José Dutra (natural da Ilha do Pico, Açores) e Maria Francisca, casado em 13 de fevereiro de 1774, no Turvo, Aiuroca, Minas Gerais, com **TEREZA JOAQUINA DE JESUS MARTINS**, nascida por volta de 1747, em Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato, Minas Gerais, falecida em 10/2/1817, sendo seu óbito registrado em Mogi Guaçu pelo vigário interino Mateus José Leite. Era filha de Manuel Álvares Martins e Luzia Francisca Martins

Filhos:

2.1) **Maria Tereza de Jesus Dutra** casada com **Silvestre Antônio da Rosa**, nascido na ilha do Faial, Açores.

Filhos:

- 3.1) Agostinha, nascida em 1800
- 3.2) Ana, nascida em 1802
- 3.3) Benancia, nascida em 1804
- 3.4) Teresa, nascida em 1810
- 3.5) Silvestre, nascido em 1811
- 3.6) Manoel, nascido em 1813
- 3.7) Pedro, nascido em 1814
- 3.8) João, nascido em 1818

2.2) **Ana Joaquina de Jesus Dutra** casada em primeiras núpcias com **Diogo Gonçalves Correa**, falecido em 14 de julho de 1808, filho do padre Manuel Gonçalves Correa e Ana Rosa da Purificação (segundo Guimarães, As três Ilhoas, p. 1089).

2.2) **Ana Joaquina de Jesus Dutra** casada, em segundas núpcias, em Ouro Fino, MG, em 2/6/1809, com **Antônio José do Nascimento**.

Filhos: O casal teve sete filhos, descritos em Guimarães, As Três Ilhoas, p. 1089 a 1091.

2.3) **Jacinta Maria de Jesus Dutra** nascida casada com **Tristão de Souza Castro**.

Filhos:

- 3.1) Ana nascida em 1811
- 3.2) João nascido em 1814
- 3.3) Inácio nascido em 1815

2.4) **Tomé Jacinto Dutra** casado em primeiras núpcias com **Joaquina Maria de Jesus**.

Filhos:

3.1) **Maria Joaquina Dutra** casada com **Antônio José de Miranda**, filho de José Antônio de Miranda e Ana Maria de Jesus

Filhos:

- 4.1) Joaquim (SJBV, 15/12/1883 -)
- 4.2) Euclides Clara de Miranda (SJBV, c. 1883 -), casada em Agual, SP, em 28/6/1902, com Horácio Martins Parreira (Mogi Guaçu, SP, 1881 -), filho de Manoel Martins Parreira e Emília Cândida da Silva.

3.2) **Margarida Cândida de Jesus Dutra** (c. 1816 - SJBV, 10/7/1856), casada com **João Gonçalves Valim** (c. 1816 - SJBV, 17/10/1888), filho de Joaquim Gonçalves Valim e Ana Teodora de Souza (ver Valim).

"Aos dez de Julho de mil oito centos e cincoenta e seis nesta Matriz de São João da Boa Vista, sepultou-se o cadaver de Margarida Candida, mulher de João Gonçalves Valim tendo de idade quarenta annos, seu corpo foi involto em habito preto e sua alma foi por mim recommendada. Vigário Jozé Valeriano de Souza".

de idade quarenta annos, seu corpo foi involto em habito preto e sua alma foi por mim recommendada. Vigário Joze Valeriano de Souza”.

- 3.3) Tomé Jacinto Dutra casado com Emilia Cândida da Silva.
Filhos:
- 4.1) Maria Cândida do Nascimento Dutra casada em São João da Boa Vista, em 10/2/1871, com Antônio Teodoro dos Reis, filho de Francisco José dos Reis Ana Luiza Valim (ver Valim).
- 4.2) Tomé Jacinto Dutra Junior (M. Guaçu, SP, c. 1870 – Aguai, SP, 7/8/1907), casado em 1893 com Maria Jesuína de Jesus (ou Eufrosina), filha de José Antônio dos Reis e Francisca Delfina Valim.
Filhos:
- 5.1) Emília da Silva Dutra (Aguai, SP, 1896 -) casada em Aguai, SP, em 28/11/1912, com Joaquim Germano Martins, filho de Germano Francisco Martins e Olímpia Cândida Valim
- 5.2) Emília da Silva Dutra (SJBV, 2/7/1894 – Aguai, SP, 23/3/1979), casada em Aguai, em 20/6/1929, com José Pinto.
Filhos:
- 6.1) João Batista Dutra (Aguai, SP, 8/9/1935 -)
- 6.2) Rita de Cássia Pinto casada com Manoel de Gusmão Bastos.
Filhos:
- 7.1) Rita Maria Pinto Bastos (Aguai, SP, 9/5/1966 -)
- 6.3) Aparecida Pinto de Souza casada com João Batista de Souza.
Filhos:
- 7.1) Marina Benedita Pinto de Souza (Aguai, SP, 29/10/1956 -)
- 5.3) José da Silva Dutra (Aguai, SP, 15/2/1902 – SJBV, 28//1981), comerciante, casado com Placidia Costa Guimarães, filha de Miguel Costa Guimarães e Maria da Silva Reis.
Filhos:
- 6.1) José da Silva Dutra Filho (Aguai, SP, 17/5/1941 -)
- 5.4) Antônio da Silva Dutra
- 4.3) Antônio Silva Dutra (Aguai, SP, 1876 - Aguai, SP, 14/8/1929), dentista.
- 4.4) Cecília da Silva Dutra (Mogi Guaçu, SP, 1860 – Aguai, SP, 13/3/1915), casada com José Carlos Arantes.
Filhos:
- 5.1) Antônio
- 5.2) Benedito
- 5.3) Maria
- 4.5) João da Silva Dutra (M. Guaçu, SP, 1861 – Aguai, SP, 18/8/1917) casado com Clara Carolina dos Reis.
- 3.4) **Manoel**
- 3.5) **José**
- 3.6) **Maria**
- 2.5) **José Dutra Amaral** batizado em Ouro Fino, MG, em 18/3/1791, casado com **Maria Antônia**.
- 2.6) **Beraldo Dutra**, nascido em Ouro Fino, MG, por volta de 1797, recenseado em 1822 pelas patrulhas de Mogi Guaçu. Casado com **Ana Leme**.
Filhos:
- 3.1) Tristão nascido em 1819.
- 3.2) Teresa, nascida em 1820, segundo o censo de 1826.

Anexo 20

Recenseamento de 1798

Nº 97 José Dutra

Mapa Geral dos Habitantes que existem na Parochia
de N. Sra. da Conceição de Mugiguanne de que he Comendador Affonso
Manoel da Costa Maldonado anno de 1798. Em que vao de
claradas suas occupações, empregos, e generos que cultivão, sem que
Negocios

97	José Dutra				
	Pereira	mt			
	Jorge		<u>Filho</u>		
	Joze				10
	Jatinta				7
	João		<u>Correio</u>		3
	M.ª			<u>Prato</u>	30
				<u>2.º</u>	30

Plantas e Sementes

Recenseamento de 1799

Nº 284 José Dutra

1799
Mapa Geral dos Habitantes que existem na Parochia
de N. Sra. da Conceição de Mugiguanne de que he Comendador Affonso
Manoel da Costa Maldonado anno de 1799. Em que vao de
claradas suas occupações, empregos, e generos que cultivão, sem que
Negocios

284	José Dutra				
	Pereira	mt			
	Jorge		<u>Filho</u>		
	Joze				10
	Jatinta				7
	João		<u>Correio</u>		3
	M.ª			<u>Prato</u>	30
				<u>2.º</u>	30

Plantas e Sementes

com as de Minas he o que de presente tenho que por na presença de Vosa Ex. que Deos Goarde. Coartel de S. Mathheus 30 de Março de 1807.—*Jeronymo Dias Ribeiro.*

x—DO CAPITÃO MÓR DE MOGY-MIRIM, 1807.

Ilmo. e Exmo. Sur. Antonio José da Franca e Horta.
—Meu Senhor 5.^a feira que se contarão 25 do Corrente cheguei ao lugar donde se achava o Cadette com tres Soldados, e dezoito Homens no Barranco de Jagoary merim donde tinham feito dous lances de Caza, e mais hum separado e tinham passado o Rio com hum estrada com a coal vinhão sahir a fazenda do defuncto José Dutra distante do Arrayal de Mogi Guassu Sette Leguas. Perguntei ao Cadette por que razão tinham deixado o seu Coartel, e entrado pellas Terras desta Capital? ao que me respondeu que o fes com ordem do sseo Comandante o Capitam Brandam, e que hera para fazer Rezisto, e evitar extravios, ao que lhe respondi que tudo podia Ser porem que era pressizo Concessam de V. Ex.^a e sem esperar mais, lhe mandei arazar tudo, e atrancar os Caminhos, e os fis Conduzir para o seo antigo Coartel e deixei hum Goarda de pagos defronte ao Coartel do dito Cadette nos Lemittes desta Capital.

Não sei o que resultara mais pois he grande empenho no dito Capitam Brandam e o dito Cadette em querer sse introduzir nas terras deste districto sem Ordem Regia nem ao menos do Ilmo. e Exmo. Governo daquella Capital.

Deos Guarde a V. Ex.^a por muitos annos. Mogy merim, 28 de Abril de 1807. De V. Ex.^a O mais obediente Subdito.
—*José dos Santos Crus.*

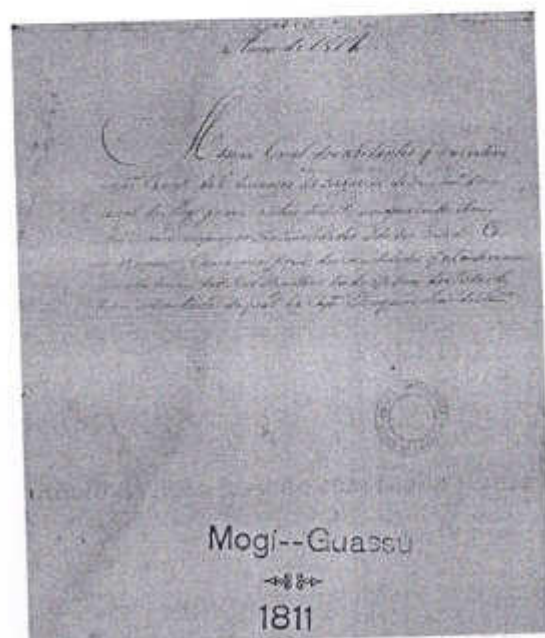
z—DO INSPECTOR DAS GUARDAS DA VILLA DA CAMPANHA, 1807.

Ilmo. Senhor Coronel José Joaquim da Costa Guedo.
—Por me achar encarregado da Inspeção sobre as Guardas, Registos e Contages, que guarnecem esta Villa da Campanha

ANEXO 22

Recenseamento de 1811

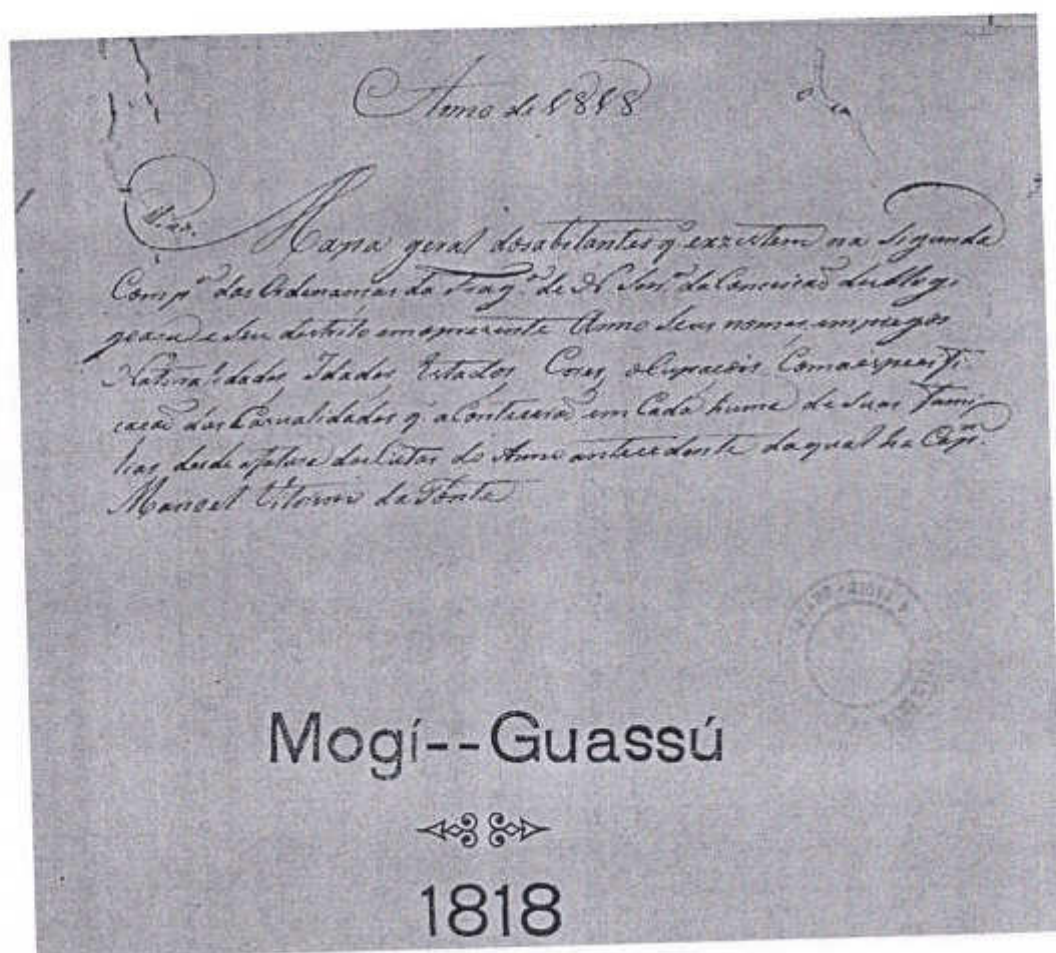
Nº 259 Silvestre Antônio da Rosa (casado com Maria Tereza Dutra, filha de José Dutra)



Nome	Idade	Sexo	Profissão
Antônio	45	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	40	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	35	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	30	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	25	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	20	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	15	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	10	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	5	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	0	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	45	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	40	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	35	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	30	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	25	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	20	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	15	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	10	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	5	C	Proprietário de uma fazenda
Antônio	0	C	Proprietário de uma fazenda

Recenseamento de 1818

Nº 28 Tomé Jacinto Dutra (filho de José Dutra)



28	Tomé Jacinto Dutra	32	C	03	Vida de São Lourenço de Brás
	marido				gado sendo
	Maria Joazeira	27	C	02	50 Brás
	Manoel	60	✓	00	8200 Guajoz
	Joaquim	5	✓	00	2720000
	Bomfim	5	✓	00	
	Lúcia	42	✓	00	
	Maria	6	✓	00	
	Margarida	2	✓	00	
	José Gargela	22	✓	00	
	Joanna	20	✓	00	
	Maria	16	✓	00	

Valde de Silveira

Recenseamento de 1820

Nº 275 Guarda-Mor José Antonio Dias de Oliveira

Anno de 4820

Mapa geral dos abitantes q' existiam no 2.^o Comp.^o das Cidades
naoq. do 2.^o de N. S. do Concelho de Magalhães em 1720.
Aos seus nomes e lugares Naturalidade e Idade. Com alguns
cas. como q' existiam das Cidades q' a Continecia em Cade huma
das suas familias de de afuza das Listas de 1710. antecedeente da
qual he Cap.^o Manuel Ribeiro da Costa.

Guarda Mta. Torre Antonio		Vila de São Lourenço	
de Oliveira N. da Cruz	56	C	03
Anna Maria da Cruz	56	C	03
Gabriel	46	✓	03
Francisco	44	✓	03
João	3	✓	03
João	6	✓	03
João	4	✓	03
João	20	✓	03
João	44	✓	03
João	3	✓	03
João	20	✓	03
João	20	✓	03
João	49	✓	03
João	48	✓	03
João	48	✓	03
João	48	✓	03
João	47	✓	03
João	47	✓	03
João	45	✓	03
João	46	✓	03
João	45	✓	03
João	44	✓	03
João	3	✓	03
João	2	✓	03

Recenseamento de 1820

Nº 385 José Dutra do Amaral (filho de José Dutra)

Dutra de Amarel N. Helens				
384	Amarel	30	C	B
	Maria Antonia	23	C	B
	Amarel	60	✓	or

Nº 362 Silvestre Antonio da Rosa (casado com Maria Tereza Dutra, filha de José Dutra)

Silvestre Antonio da Rosa 362					Vive de suas Lavarias de
	da Thia de Jesus	56	C	B	Cinco gado de 25 de
	Maria Rosa	48	C	B	repor de 40 de 100
	Amarel	9	✓	B	65 por 100
	Amarel	7	✓	B	Amarel & Casa de 7 por 100
	Amarel	6	✓	B	92 por 100
	Amarel	2	✓	B	
	Amarel	20	✓	B	
	Amarel	18	✓	B	
	Amarel	16	✓	B	
	Amarel	10	✓	B	
	Amarel	30	C	B	
	Amarel	8	✓	B	
	Amarel	7	✓	B	
	Amarel	6	✓	B	
	Amarel	4	✓	B	
	Amarel	30	✓	B	
	Amarel	30	C	B	
	Amarel	23	✓	B	
	Amarel	18	✓	B	
	Amarel	12	✓	B	
	Amarel	2	✓	B	

Mog. Guassu
1820

Recenseamento de 1820

Nº 386 Tristão de Souza Castro (casado com Jacinta Maria de Jesus, filha de José Dutra)

386	Breton de la Marina	Extra	26	C	0	Vise de Santa Lascasas.
	Juana Maria	Id.	24	C	0	
	Jose	Id.	5	✓	0	
	Francisco	Id.	2	✓	0	
	Amalia	Id.	80	✓	0	
						extravoso vice

Extravoso.					
General	Com	30	✓	0	
Jose	Com	2	✓	0	